

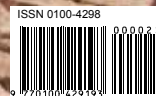
AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV
FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL. 39 | Nº 02 | FEVEREIRO 2019 | R\$ 15,00

PROTEGER O PRODUTOR SUGESTÕES PARA TORNAR O SEGURO RURAL MAIS EFICAZ



FGV EESP
ESCOLA DE
ECONOMIA DE
SÃO PAULO



OGMs ALGUMAS RESPOSTAS SOBRE PRODUÇÃO E CONSUMO
LEITE RESPIRO PARA O PRODUTOR EM 2019
SINDICALISMO RURAL É PRECISO MELHORAR O SERVIÇO

Fazer
Juntos
pelo **Crescimento**
de todos

Agora, somos **4 milhões de associados** em todo o Brasil, fazendo juntos um país mais cooperativo. Isso mostra o quanto o cooperativismo cresce cada vez mais, pois todo mundo faz e ganha junto. E isso faz diferença há mais de 116 anos.

| **Você também pode fazer parte disso.**
Abra uma conta com a gente.

 **Sicredi**



Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Postal Code 62.591 - CEP 22257-970 | Tel.: (21) 2559 6000 | www.fgv.br

Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes

Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-presidente: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella

CONSELHO DIRETOR

Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella

Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Marçílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade

Suplentes: Aldo Floris, Antonio Monteiro de Castro Filho, Ary Oswaldo Mattos Filho, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Mauricio Matos Peixoto

CONSELHO CURADOR

Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio

Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)

Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Liel Miranda (Souza Cruz S/A), Antonio Alberto Gouvêa Vieira, Carlos Eduardo de Freitas, Cid Heraclito de Queiroz, Eduardo M. Krieger, Estado da Bahia, Estado do Rio de Janeiro, Estado do Rio Grande do Sul, José Carlos Cardoso (IRB-Brasil Resseguros S.A), Luiz Chor, Luiz Ildefonso Simões Lopes, Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Miguel Pachá, Murilo Portugal Filho (Federação Brasileira de Bancos), Pedro Henrique Mariani Bittencourt, Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Willy Otto Jordan Neto

Suplentes: Almirante Luiz Guilherme Sá de Gusmão, Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, General Joaquim Maia Brandão Júnior, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A, Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Ricardo Gattass, Rui Barreto, Sergio Lins Andrade

Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano

Diretor da FGV Projetos: Cesar Cunha Campos

Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira

Diretor da FGV-EAESP: Luiz Artur Ledur Brito

AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getúlio Vargas

Conselho Editorial: Cleber Guarany, Marcelo Weyland Barbosa Vieira, Luis Carlos Guedes Pinto, Marcelo Brito, Ricardo Simonsen, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano

Editor-chefe: Antônio Carlos Kfourir Aidar

Editor Executivo: Luiz Antonio Pinazza

Colaboradores: Bruno Benzaquen Perosa e Felipe Cauê Serigati

Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Capa: Patricia Werner, Fernanda Carvalho, Julia Travassos

Projeto Gráfico: Maria João Macedo [Atelier Lola]

Arte: Alexandre Monteiro

Revisor: Alexandre Sobreiro

Secretaria e Administração: Viviane de Carvalho

Coordenador da Produção Editorial: Evandro Faulin

Publicidade/Comercial/Assinatura: Viviane de Carvalho

Av. Paulista, 1.294, 15º andar,
Tel.: (11) 3799-4104 | Fax: (11) 3262-3569

contato@agroanalysis.com.br
www.fgv.br/agroanalysis

Acesse o site

www.agroanalysis.com.br

e nos acompanhe nas redes sociais.

Twitter: @agroanalysis

Instagram: /fgv.agroanalysis

Facebook: /fgv.agroanalysis

O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

PREVIDÊNCIA É O PRIMEIRO PASSO PARA OUTRAS REFORMAS

O INÍCIO do governo Bolsonaro mostrou, até agora, um time econômico comprometido com o ajuste fiscal e as reformas econômicas necessárias. Mas, nem tudo são rosas. Apareceram, também, divergências claras dentro do grupo do governo. É preciso torcer para que essas divergências sejam superadas em breve e que o processo das reformas continue. Além da reforma da previdência, várias medidas relacionadas aos custos e às receitas do Estado devem contribuir para que o déficit primário seja bem menor do que o esperado. Se tudo correr normalmente, o dólar vai recuar, ou seja, o real vai se valorizar. Não será surpresa se o dólar ficar abaixo de R\$ 3,50. A Selic pode cair um pouco. E a inflação se manterá comportada. Produtores, montem suas estratégias de compra de insumos e venda de produtos.

Em 2018, o balanço comercial do agronegócio, mais uma vez, apresenta uma cifra expressiva. Mesmo com a greve dos caminhoneiros durante o mês de maio, com interrupções no fluxo de embarques, o escoamento conseguiu se normalizar. Os chineses, em guerra comercial com os Estados Unidos, aumentaram a compra de grãos de soja, cujo estoque praticamente zerou no Brasil. A desvalorização do real em relação ao dólar também ajudou a melhorar o desempenho da exportação. A safra 2018/19 promete outro grande número, apesar dos contratemplos climáticos verificados em algumas regiões produtoras.

Para o produtor de leite, o mercado aponta para um ano de recuperação das margens da atividade, o que está relacionado à expectativa de preços em patamares mais altos e de redução nos custos de produção. Espera-se uma retomada do crescimento de consumo interno de leite acompanhando o aquecimento da economia brasileira. Esse fato é positivo para as valorizações do preço pago ao produtor de

leite no primeiro semestre, o qual deverá ficar acima da variação registrada no mesmo período de 2018.

Nas políticas públicas, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) avalia colocar em prática uma regra que passa aos agentes econômicos a responsabilidade por garantir a segurança dos produtos de origem animal aos consumidores, respeitando as especificações estabelecidas. Ou seja, pretende-se adotar o “autocontrole” como uma obrigação legal inserida no Código de Defesa do Consumidor e em normas do MAPA e do Ministério da Saúde (MS). Por sua vez, o Governo teria a obrigação de controlar os agentes privados. As dificuldades de controle pelo Governo tendem a ser reduzidas com o desenvolvimento e a aplicação de novas tecnologias disponíveis, como internet das coisas, plataformas digitais, inteligência artificial, entre outras.

Outro tema carente de atenção especial é o de seguro rural. Embora tenha sido uma iniciativa muito oportuna por parte do Governo, o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), de 2005, patinou nesta década. Sistemáticamente, faltaram recursos orçamentários para atender a demanda do setor produtivo. Plantar sem uma ferramenta dessa importância representa um risco de diversas ordens. Sem a cobertura proporcionada pelo seguro, a falência do produtor prejudica toda a cadeia produtiva. Importantes entidades do agro estão em franca mobilização, trabalhando para gerar um ambiente de negócios mais favorável ao seguro rural, o que poderia reduzir o preço do seguro e, conseqüentemente, atrair mais interessados.

Em 2017, no escopo da reforma trabalhista aprovada pelo Congresso, a Contribuição Sindical Rural (CSR) teve o seu caráter compulsório alterado para facultativo. O perfil facultativo do pagamento da

contribuição, no caso do produtor, exige uma urgente transformação no modelo de atuação por parte do sindicalismo patronal rural no Brasil para que o seu público-alvo entenda como necessário o pagamento dessa contribuição. Assim, foi realizado um estudo para entender o grau de satisfação com os serviços prestados pelos sindicatos do setor. O resultado deixa clara a necessidade de aprimoramento das atividades desenvolvidas, considerando, principalmente, a importância do agronegócio brasileiro no contexto mundial.

Na entrevista do mês, tem-se a pesquisadora norte-americana Nina Fedoroff, da Penn State University, que foi conselheira científica do Departamento de Estado dos EUA durante os governos Bush e Obama. A entrevistada apresenta depoimentos interessantes sobre a segurança dos organismos geneticamente modificados (OGMs) com relação à saúde humana. Até o momento, nada foi constatado em sentido contrário. Um grande número de pesquisas realizadas por todo o mundo ratifica a importância do uso dessa tecnologia. As grandes empresas investem de forma maciça em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos para aumentar a produtividade das plantas e reduzir o impacto ambiental.

Na retrospectiva de 2018 do Conselho de Informações sobre Biotecnologia (CIB), tem-se o registro de fatos sobre uma tecnologia que revolucionou a agricultura mundial a partir dos anos 90 do século passado. Em 2018, completaram-se vinte anos da adoção de transgênicos na agricultura pelo Brasil. Ao longo desse período, o meio ambiente foi um dos principais beneficiados pelo plantio de soja, milho e algodão geneticamente modificados (GMs). Já nos últimos anos, ganhou espaço na mídia a técnica CRISPR, utilizada na edição do genoma de animais e plantas. ■

LEIA A AGROANALYSIS NA
INTERNET E NOS ACOMPANHE
NAS REDES SOCIAIS.

TWITTER: @AGROANALYSIS
INSTAGRAM: /FGV.AGROANALYSIS
FACEBOOK: /FGV.AGROANALYSIS
WWW.AGROANALYSIS.COM.BR



OGMs: ALGUMAS RESPOSTAS SOBRE PRODUÇÃO E CONSUMO
LEITE: RESPIRO PARA O PRODUTOR EM 2019
SINDICALISMO RURAL: É PRECISO MELHORAR O SERVIÇO

04	EDITORIAL	37	CONTEÚDO ESPECIAL
07	ABRE ASPAS	37	ANEC BALANÇO DA PRODUÇÃO E DA EXPORTAÇÃO DE MILHO E SOJA
07	CAPA ENTREVISTA NINA FEDOROFF CIÊNCIA E TECNOLOGIA PODEM ALIMENTAR O MUNDO	41	CIB RETROSPECTIVA 2018 - BIOTECNOLOGIA
11	FRASES & COMENTÁRIOS	44	FAESP O AGRONEGÓCIO NO NOVO GOVERNO
13	MACROECONOMIA COMPASSO DE ESPERA	45	ANDEF MITO DO SETOR
15	AGRODROPS	46	COLUNAS
20	MERCADO & NEGÓCIOS	46	DIÁRIO DE BORDO UM BILHÃO!
20	BALANÇA COMERCIAL NOVO RECORDE DO AGRONEGÓCIO	47	PRODUZIR ALÉM DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
23	CAPA MERCADO DE LEITE EXPECTATIVAS POSITIVAS PARA 2019	48	OPINIÃO INOVAÇÃO E TECNOLOGIA, UM FAROL PAULISTA
25	POLÍTICA AGRÍCOLA	49	REFLEXÃO DECISÕES RESPONSÁVEIS
25	ACORDO DE PARIS INCENTIVO PARA UMA AGROPECUÁRIA MAIS PRODUTIVA E RESILIENTE	50	ESTATÍSTICA
30	CAPA SINDICALISMO PATRONAL RURAL MUDANÇAS SÃO NECESSÁRIAS		
32	DEFESA SANITÁRIA AUTOCONTROLE NÃO SE DISCUTE: CUMPRE-SE		
34	CAPA SEGURO RURAL É PRECISO REDUZIR O PRÊMIO PAGO PELO PRODUTOR		

CIÊNCIA E TECNOLOGIA PODEM ALIMENTAR O MUNDO

NINA FEDOROFF

PESQUISADORA DA PENN STATE UNIVERSITY E EX-CONSELHEIRA
CIENTÍFICA DO DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS EUA

POR FREDERICO FRANZ

EM RECENTE passagem pelo Brasil, a bióloga molecular norte-americana Nina Fedoroff demonstrou preocupação com o crescimento da população mundial. Não é para menos, afinal, em 1950, éramos cerca de 2,6 bilhões de pessoas; pouco mais de cinquenta anos depois, já somos mais de 7 bilhões de pessoas, e a Organização das Nações Unidas (ONU) prevê que atingiremos a marca de 10 bilhões até 2050.

O problema demográfico envolve uma questão de escassez. Bilhões de pessoas em países em desenvolvimento, principalmente na China e na Índia, estão acessando alimentos mais caros, a exemplo da carne. Os animais de criação precisam ser alimentados com grãos e beber água para converter proteína vegetal em animal. Se todos os habitantes do Planeta passarem a consumir esses e outros alimentos em grande quantidade, os nossos recursos serão suficientes para suportar essa demanda sem exaurir o Planeta? Essa é uma questão que interessa a Nina Fedoroff e deveria interessar ao leitor também.

Nina acredita que a saída para esse problema passa, necessariamente, pela Ciência. Mais especificamente, pela sua área de especialização, a Genética. Para

ela, com o entendimento que temos a respeito dos genes, poderíamos modificar geneticamente as plantas para que elas consumissem menos recursos, por exemplo. Fedoroff aposta nos organismos geneticamente modificados (OGMs) como ferramentas para lidarmos com a complexa questão de alimentar uma população crescente de maneira sustentável.



Os seus esforços para encontrar uma solução para essa e outras questões já foram reconhecidos pelo próprio governo dos Estados Unidos. Ela foi conselheira científica do Departamento de Estado dos EUA durante os governos Bush e Obama e foi condecorada com a Medalha Nacional da Ciência, a principal comenda destinada a cientistas. Em sua última visita ao Brasil, em outubro de 2018, falamos sobre esse assunto e, depois, por e-mail e telefone. Confrimam a seguir os principais pontos dessa instigante conversa.

AGROANALYSIS: VAMOS COMEÇAR PELO PONTO MAIS SENSÍVEL DO DEBATE SOBRE OS OGMs: ELES OFERECEM ALGUM PERIGO ÀS SAÚDES HUMANA E ANIMAL OU AO MEIO AMBIENTE?

NINA FEDOROFF: Até o momento, não há qualquer evidência científica de que a adoção de culturas geneticamente modificadas (GMs) cause mal às saúdes humana e animal ou ao meio ambiente. Existem diversos resultados muito robustos que corroboram com essa afirmação. Por exemplo, a Academia Nacional de Ciências, Engenharia e Medicina dos Estados Unidos divulgou, em 2016,

O NÚMERO DE ESTUDOS QUE MOSTRAM QUE OS ALIMENTOS TRANSGÊNICOS SÃO SEGUROS É ENORME. PORTANTO, O “PESO DA EVIDÊNCIA” ESTÁ DO LADO DA SEGURANÇA DESSA TECNOLOGIA.

um estudo que confirma que as culturas transgênicas são seguras. Vou usar as mesmas palavras da pesquisa: “não foram encontradas evidências de que as culturas GMs oferecem riscos para a saúde humana diferentes daqueles que apresentam as culturas convencionais, nem foram encontradas relações de causa e efeito conclusivas de problemas ambientais provocados por lavouras transgênicas”.

MAS, COMO PODEMOS TER CERTEZA DE QUE ELES SÃO REALMENTE SEGUROS?

NF: Como cientista, sei que ninguém pode afirmar nada com 100% de certeza. Entretanto, em Ciência, acumulamos evidências para formar nossos argumentos e opiniões. Por um lado, se houvesse apenas dois estudos, um que indicasse que os transgênicos causam efeitos negativos e outro que dissesse o contrário, não teríamos base para uma afirmação contundente e confiante sobre a segurança desses produtos. Por outro lado, se cem estudos falhassem em mostrar que existem malefícios e um mostrasse o contrário, é seguro afirmar que este último seria desconsiderado. A proporção de estudos que mostram que os alimentos transgênicos são tão seguros quanto os convencionais, entretanto, é ainda maior. Apenas no documento da Academia de Ciências dos EUA que mencionei, foram avaliadas mais de novecentas publicações, mais de oitenta especialistas foram ouvidos e setecentos comentários do público foram considerados. Além desse trabalho, existem milhares de outros nos EUA e em todo o mundo. Portanto, o “peso da evidência” está do lado da segurança dessa tecnologia.

ISSO ME LEVA A MENCIONAR UM DOS TRABALHOS MAIS OBSCUROS SOBRE O ASSUNTO. EM SETEMBRO DE 2012, UM PESQUISADOR FRANCÊS CORRELACIONOU O CONSUMO DE MILHO TRANSGÊNICO AO DESENVOLVIMENTO DE TUMORES EM RATOS. COMO A POPULAÇÃO PODE FICAR TRANQUILA DIANTE DE UMA INFORMAÇÃO COMO ESSA?

NF: Sim. Essa publicação é uma das poucas que apresentou efeitos deletérios. Nesse caso, o trabalho

“
O FUTURO DA
AGRICULTURA E
DA ALIMENTAÇÃO,
EM UM CENÁRIO
DE CRESCIMENTO
POPULACIONAL, MAIS DO
QUE NUNCA, DEPENDERÁ
DAS DECISÕES QUE
TOMAMOS AGORA.”

de Gilles-Eric Séralini mostrava ratos com enormes tumores. Entretanto, como eu disse anteriormente, é improvável que todos os outros estudos que demonstraram a segurança dos transgênicos tenham ignorado um problema tão evidente quanto esse. Isso nos leva a crer que existe algo estranho com esse trabalho ou que, no mínimo, é preciso olhá-lo ainda mais criticamente. Nesse caso, cientistas que analisaram o estudo rapidamente identificaram graves falhas metodológicas. O número pequeno de ratos usados nas comparações (dez em cada grupo) não é suficiente para tirar conclusões, e a linhagem de roedores utilizada é naturalmente propensa ao desenvolvimento de tumores. A revista que havia publicado o estudo, um ano depois, fez a retratação. À época, a investigação do editor-chefe encontrou “causas legítimas de preocupação” sobre a metodologia do estudo e afirmou que “em última instância, os resultados apresentados eram inconclusivos”.

ENTÃO, QUAL É O PAPEL DOS TRANSGÊNICOS NA AGRICULTURA DO FUTURO?

NF: O futuro da agricultura e da alimentação, em um cenário de crescimento populacional, mais do

que nunca, dependerá das decisões que tomarmos agora. Tecnologias que aumentam a produtividade e, ao mesmo tempo, reduzem seu impacto ambiental estão sendo desenvolvidas em diversos países. Essas novas ferramentas incluem, além de OGMs, a digitalização da agricultura, o uso de inteligência artificial e o monitoramento de áreas por robôs. A velocidade com que seremos capazes de lançar mão desse pacote tecnológico – que pode nos ajudar a alimentar 10 bilhões de pessoas – depende de alguns fatores. Certamente, o nível educacional dos agricultores e sua propensão a mudanças vão influenciar. Entretanto, políticas governamentais, incentivos públicos e o estabelecimento da tecnologia como prioridade (o que inclui alocação de recursos) serão ainda mais relevantes.

O papel dos OGMs no futuro da agricultura depende de todos esses fatores e de um adicional: a aceitação pública. A hostilidade das pessoas em relação aos transgênicos é generalizada no mundo hoje. Exatamente por isso, a habilidade dos cientistas, dos divulgadores científicos e da imprensa em comunicar nunca foi tão importante. Entretanto, ainda não vejo o reconhecimento da importância crescente dos cientistas que modificam as plantas em nível molecular e a valorização das muitas contribuições que eles já deram para a agricultura. Esse passo será fundamental para que se desencadeie um processo que levará aos outros ou que, no mínimo, os tornará mais fáceis. Se levarmos em consideração o longo histórico de uso seguro das tecnologias de modificação genética no campo, por exemplo, veremos que é possível reduzir as exigências regulatórias sobre esses produtos e, assim, torná-los mais acessíveis para um número maior de agricultores.

OS CRÍTICOS AOS TRANSGÊNICOS TAMBÉM ARGUMENTAM QUE ESSA TECNOLOGIA CONCENTRA O DESENVOLVIMENTO DE SE-
MENTES EM POUCOS *PLAYERS*...

NF: Esse fenômeno é causado pelo altíssimo custo das regulamentações. Apenas grandes empresas de sementes conseguem dispor do investimento necessário em pesquisa, desenvolvimento e regulamentação para colocar no mercado sementes

GMs. Uma recente estimativa calcula que seriam necessários um investimento de aproximadamente US\$ 100 milhões e em torno de uma década. Não é qualquer empresa que pode esperar dez anos para ter retorno – se tiver. É por isso, também, que essa tecnologia, na maioria dos casos, está disponível para *commodities*, itens produzidos em larga escala e que podem ser estocados sem perda de qualidade. Pequenas empresas, agentes públicos ou universidades, em geral, conseguem fazer pesquisa básica, mas não desenvolver um produto e levá-lo ao mercado.

A resposta para esse quebra-cabeça parece óbvia. É preciso que as regulamentações ao redor do mundo se foquem nas propriedades do organismo e no ambiente em que ele vai ser introduzido, e

não no método de obtenção por meio do qual o produto foi desenvolvido. Nos Estados Unidos, um passo nessa direção foi a decisão de não submeter um cogumelo Paris geneticamente editado à regulamentação de OGM. O fungo teve um de seus genes silenciado – mas nenhum DNA de outro organismo foi adicionado –, e isso resultou na ausência de uma enzima que é responsável pelo escurecimento do fungo após o corte. ■

“ APENAS GRANDES EMPRESAS DE SEMENTES CONSEGUEM DISPOR DO INVESTIMENTO NECESSÁRIO EM PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E REGULAMENTAÇÃO PARA COLOCAR NO MERCADO SEMENTES GMs. ”



“



Como, na retrospectiva dos últimos anos, tivemos alguns períodos de preços bons, houve um plantio exacerbado de cafezais nas regiões produtoras do Brasil e no mundo inteiro. Daí assistirmos esse quadro mais geral de alta produção nos mercados.”

“

O café reserva muitas surpresas até para os operadores e os analistas mais experimentados. No setor, a única certeza é que não se tem certeza de nada. Basta um problema climático mais sério no café para esse ciclo de baixa ir embora.”

“

Para superar essa situação mais turbulenta, o cafeicultor precisa diminuir os custos e aprimorar a gestão das suas propriedades rurais, com aumento da produtividade e melhoria da qualidade do produto.”

“

Uma administração mais enxuta, com esforço na mecanização, ajuda o produtor a acumular alguma gordura para enfrentar os períodos ruins.”

“

Nesse momento de incerteza quanto aos preços do café, não deve haver desespero por parte do produtor. Assim como o consumo, a venda da produção deve ser feita de forma paulatina.”

CARLOS PAULINO, presidente da Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé (Cooxupé)

“

Tivemos, durante 2018, uma série de dificuldades e incertezas. Mesmo assim, o setor agrícola se manteve forte e confiante, com desempenho muito bom na sua produção. As vendas ficaram acima daquelas verificadas nos últimos três anos. Com disponibilidade de crédito, esperamos outro ano bastante promissor.”

ALFREDO MIGUEL NETO, vice-presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA) e diretor de Assuntos Corporativos da John Deere na América Latina

“

A demanda por crédito rural para a compra de máquinas agrícolas continua firme nesta safra 2018/19. Inicialmente, foram reservados R\$ 8,9 bilhões para a linha Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota), mas a indústria calcula a necessidade de pelo menos mais R\$ 3 bilhões. As fábricas aumentam a produção para atender a demanda. Nossa preocupação é com a falta de curso e o aumento do estoque. A pressão de custos seria insuportável.”

JOÃO CARLOS MARCHESAN, presidente do Conselho da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ)

“ O segmento de máquinas e equipamentos agrícolas conseguiu passar praticamente ileso da crise econômica desses últimos anos. Esse fato pode ser explicado pelo bom desempenho do setor agrícola brasileiro.”

PEDRO ESTEVÃO BASTOS DE OLIVEIRA, presidente da Câmara Setorial de Máquinas e Implementos Agrícolas (CSMIA) da ABIMAQ e diretor de Relações Institucionais da Máquinas Agrícolas Jacto

“ Diversos fatores contribuíram para as vendas de caminhões em 2018. O Produto Interno Bruto (PIB) teve crescimento, e aumentou a participação dos bancos privados e das montadoras nos financiamentos... Além disso, houve investimento na frota própria, devido ao seu sucateamento e, também, ao tabelamento de frete.”

SÉRGIO ZONTA, vice-presidente da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave)

“ O mercado dos produtos biológicos tende a aumentar, pois têm sido observados volumes cada vez maiores de investimentos em pesquisa e desenvolvimento, bem como um aumento do número de empresas que atuam nesse segmento.”

BRUNO CAVALHEIRO BREITENBACH, chefe da Divisão de Registro de Produtos Formulados da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SDA/MAPA)

“



LUIS MACEDO/CÂMARA DOS DEPUTADOS

O Brasil deve permitir a exploração de terras indígenas pela agricultura comercial. As áreas de suas reservas cobrem 12% do território nacional.”

“ O Congresso pode mudar essa situação. São áreas para plantio e fonte de renda para a comunidade. Haveria exigências, como todos os agricultores devem cumprir, quanto à preservação da vegetação nativa.”

“ Na Amazônia, cabe um tratamento completamente especial. As tribos de pouco contato com o mundo exterior devem ser protegidas.”

“ Estamos tranquilos com relação à permanência no Acordo de Paris, do qual o Brasil foi signatário em 2015, até porque caminhamos em direção ao cumprimento das nossas metas quanto às mudanças climáticas.”

“ Em termos das multas ambientais, não fazem sentido as multas indiscriminadas impostas por várias agências sem conversarem com os agricultores para tentarem resolver o mal-entendido.”

TEREZA CRISTINA, MINISTRA DO MAPA

COMPASSO DE ESPERA

ROGÉRIO MORI

Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EESP)

O DESFECHO das eleições de 2018, com a vitória do presidente Jair Bolsonaro, foi acompanhado por uma significativa melhora das expectativas dos investidores, dos empresários e dos consumidores brasileiros. Esse fenômeno pôde ser bem evidenciado por meio dos indicadores de confiança apurados ao longo dos últimos meses.

Como reflexo desse processo, verificou-se, no último trimestre do ano passado, uma melhora no ritmo das vendas no comércio e da atividade industrial. Esse resultado representou um alívio ante um ano significativamente conturbado do ponto de vista econômico.

Nesse sentido, a recuperação em curso no primeiro semestre de 2018 foi abortada após a greve dos caminhoneiros em maio. No terceiro trimestre, as incertezas associadas ao processo eleitoral e ao seu desfecho levaram o nível de tensão dos agentes econômicos às alturas. Isso resultou numa postergação de várias decisões econômicas (consumo, investimentos, novas contratações etc.) para depois do encerramento das eleições. Desta forma, o último trimestre do ano representou um alívio do ponto de vista econômico em meio a um ano turbulento em várias dimensões.

A transição para o novo governo ocorreu sem maiores sobressaltos, afora aqueles associados à natural formação de uma nova equipe. Com isso, o desenho dos próximos passos para as ações governamentais ganhou contornos mais nítidos.

Vale ressaltar que o novo governo herdou vários elementos positivos do ponto de vista econômico. Nesse sentido, a inflação brasileira situa-se em um

patamar relativamente baixo – em torno de 4% no acumulado em doze meses – e não dá sinais de que irá subir significativamente ao longo de 2019. Isso representa um aspecto positivo para o início do governo Bolsonaro.

Em associação a esse fenômeno, dado que a inflação não apresenta uma tendência de alta, a meta da taxa básica de juros (Selic) – atualmente em 6,50% a.a. – não deverá subir ao longo deste ano, o que também representa um ponto positivo para o novo governo.

Ainda no campo positivo, as contas externas brasileiras mostram um quadro favorável ao País, com um déficit em transações correntes baixo e um nível de reservas internacionais próximo a US\$ 400 bilhões. Isso indica que a economia brasileira não deverá enfrentar maiores dificuldades nas suas contas externas em 2019.

Os maiores desafios que o governo Bolsonaro enfrentará, logo no seu início, serão de natureza fiscal. Desde 2014, as contas públicas brasileiras passaram a exibir um quadro de acelerada deterioração. Nesse sentido, o resultado primário do setor público brasileiro registrou um superávit de 1,7% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2013. No ano seguinte, esse resultado registrou um déficit da ordem de 0,6% do PIB. Nos anos seguintes, o quadro de deterioração do resultado primário do setor público agravou-se e, no acumulado em doze meses encerrados em novembro de 2018, registrou um déficit de 1,5% do PIB.

Por conta disso, a dívida bruta do Governo, que se situava em torno de 50% do PIB, até 2013, saltou



SHUTTERSTOCK

para mais de 75% do PIB, no final do ano passado. Esse quadro só não foi mais grave por conta dos esforços da equipe do governo Temer em conter gastos públicos nos últimos anos. De qualquer forma, a manutenção do deteriorado quadro fiscal brasileiro nos próximos anos colocará em risco a sustentabilidade da dívida pública, aumentando o risco potencial de uma moratória desta.

Em face disso, fica claro que a prioridade do novo governo será lidar com a temática fiscal. Nesse quesito, a previdência representa o principal foco de problemas. O déficit do INSS, em 2018, foi da ordem de R\$ 190 bilhões e consumiu todo o esforço fiscal realizado pelo governo federal, levando a uma situação deficitária.

Desta forma, espera-se que uma proposta de reforma da previdência seja encaminhada pelo governo ao Congresso Nacional nos primeiros dias de reabertura deste. Muito provavelmente, a tramitação dessa proposta na Câmara dos Deputados e no Senado será o foco da atenção no primeiro semestre do ano.

Com isso, a economia brasileira ficará em um compasso de espera acompanhando a tramitação desse tema no Legislativo. Um desfecho favorável ao governo nesse tema, fatalmente, aumentaria o otimismo com a economia brasileira. Resta aguardar. ■

AGRODROPS

CORRESPONDÊNCIAS PARA ESTA SEÇÃO DEVEM SER ENVIADAS PARA O E-MAIL AGRODROPS@AGROANALYSIS.COM.BR

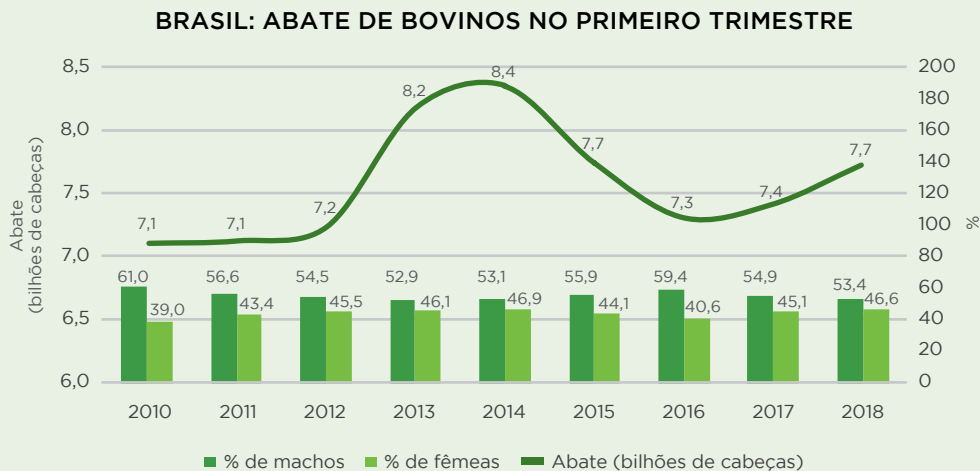
NOVA ESTRUTURA DO MAPA

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), em sua nova estrutura, incorpora as atribuições do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), além de assumir outras três funções. A primeira é fazer a identificação, a delimitação, a demarcação e o registro de terras indígenas, processo que ficava a cargo da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). A segunda é responder pela regularização de terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos, até então na pasta do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Já a terceira é ficar responsável pela administração dos serviços florestais, papel antes desempenhado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Além da ministra Tereza Cristina e do secretário executivo Marcos Montes, foram nomeados os cargos das Secretarias: de Política Agrícola (Eduardo Sampaio Marques); de Defesa Agropecuária (José Guilherme Tollstadius Leal); de Aquicultura e Pesca (Jorge Seif Júnior); e de Comércio e Relações Internacionais do Agronegócio (embaixador Orlando Leite Ribeiro). Completam o novo organograma a Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo (Fernando Henrique Kohlmann Schwanke), a Secretaria Especial de Assuntos Fundiários (Luiz Antônio Nabhan Garcia) e a Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação (Fernando Silveira Camargo).

VIRADA NO CICLO DE ABATE BOVINO

Os analistas mostram consenso quanto à proximidade de uma virada de alta nos preços dos bovinos. Olhar para a taxa de abate de fêmeas no primeiro trimestre significa uma boa referência. Nesse período, normalmente, ocorre o descarte das matrizes improdutivas. Esse índice cresceu entre 2016 e 2018. O mesmo comportamento deu-se entre 2010 e 2014. Mas, outros fatores interferem nesse processo, como a variação do Produto Interno Bruto (PIB) no consumo interno, a taxa de câmbio na exportação e problemas climáticos nas pastagens, entre outros.



Fonte: IBGE

GRANDE SAFRA ALCOOLEIRA

Desde a safra 2010/11, predomina, no *mix* de produção de cana-de-açúcar, o esmagamento industrial para fins alcooleiros em comparação àquele para produção de açúcar. Como a relação de preço entre os dois produtos favorece com larga margem o primeiro, os usineiros tomam a decisão mais lucrativa. Com excedente na oferta mundial, os preços sofrem pressão de baixa nas principais bolsas internacionais. Esse cenário deve prevalecer neste ano se os preços do petróleo continuarem a ficar entre US\$ 55 e US\$ 65 por barril.

CENTRO-SUL: MIX DE AÇÚCAR E ETANOL (%)

SAFRA	Açúcar	Etanol
2010/11	44,9%	55,1%
2011/12	48,4%	51,6%
2012/13	49,5%	50,5%
2013/14	45,2%	54,8%
2014/15	41,7%	58,3%
2015/16	40,5%	59,4%
2016/17	46,3%	53,7%
2017/18	47,0%	53,0%
2018/19*	35,6%	64,4%

*Preliminar
Fonte: UNICA

DOZE ANOS SEM FEBRE AFTOSA

A Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) reconhece oficialmente o Brasil como país livre de febre aftosa com vacinação desde maio de 2018. Santa Catarina é o único estado reconhecido desde 2007 como livre sem vacinação. De acordo com o Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa (PNEFA), a partir de maio deste ano, Acre e Rondônia, além de municípios do Amazonas e de Mato Grosso, começarão a abolir a vacinação. A previsão é de que, até maio de 2021, todo o País deixe de vacinar o rebanho e que, até maio de 2023, possa ser reconhecido pela OIE como livre de aftosa sem vacinação.

PRORROGADA ADESÃO AO CAR

O governo federal prorrogou o prazo para a inscrição de propriedades e posses rurais no Cadastro Ambiental Rural (CAR). Essa é a condição obrigatória para a adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA), que permite aos produtores rurais regularizarem os passivos ambientais e/ou as infrações cometidas antes de 22 de julho de 2008. Sem o CAR, fica proibido o acesso ao financiamento rural, a obtenção da licença ambiental e a realização de negócio com o imóvel rural.

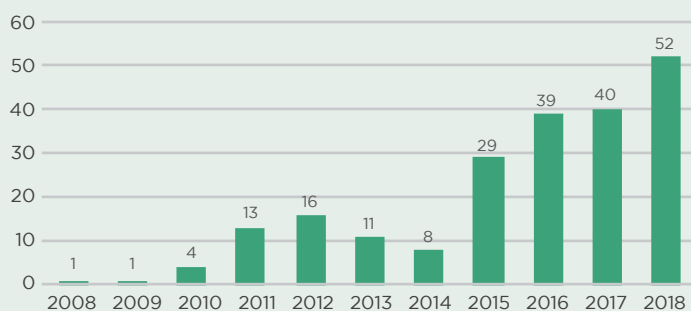
RENOVAÇÃO DO CONVÊNIO 100

Nos últimos anos, mesmo com as dificuldades financeiras dos estados, as lideranças do agronegócio vêm conseguindo, junto ao Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), renovar o conhecido Convênio 100. Essa decisão concede redução de 60% no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para a saída de insumos agropecuários (fertilizantes, sementes, defensivos etc.) de um estado para outro. A última rodada de negociações aconteceu em 2017, com vigência até 30 de abril de 2019.

REGISTRO DE PRODUTOS BIOLÓGICOS

Cresce o número de registros dos defensivos menos nocivos à saúde humana, tidos de baixa toxicidade, com organismos biológicos, microbiológicos, bioquímicos, semioquímicos ou extratos vegetais. Independentemente da cultivar onde serão aplicados, a maior parte desses produtos serve para um ou mais alvos biológicos. O tempo médio entre o pedido de registro pelo interessado e a conclusão do processo varia de três a seis meses. Atualmente, existem 1.345 pedidos de registro de agrotóxicos em análise no MAPA, no MMA e no Ministério da Saúde (por meio da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa).

REGISTRO DE PRODUTOS FORMULADOS DE BAIXA TOXICIDADE

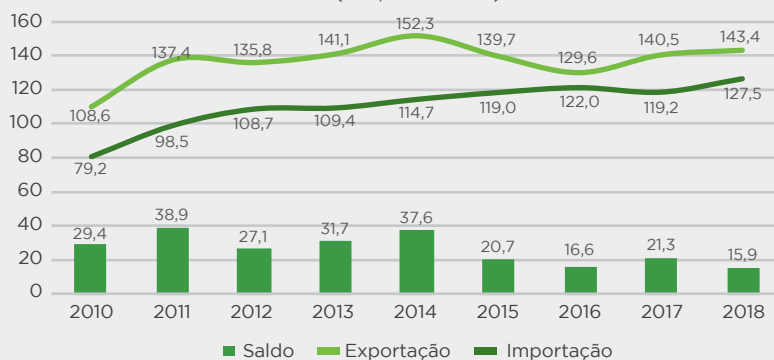


Fonte: MAPA

EXPORTAÇÕES NORTE-AMERICANAS

As exportações do agronegócio norte-americano atingiram o segundo maior valor histórico do ano fiscal (novembro a outubro) em 2018. Mais da metade dos embarques foram para quatro países: China, Canadá, México e Japão. Já o saldo comercial foi o mais baixo desde 2010. Para 2019, o resultado dependerá muito das negociações comerciais entre os EUA e os países importadores dos seus produtos, principalmente a China.

EUA: BALANÇA COMERCIAL DO AGRONEGÓCIO (US\$ BILHÕES)



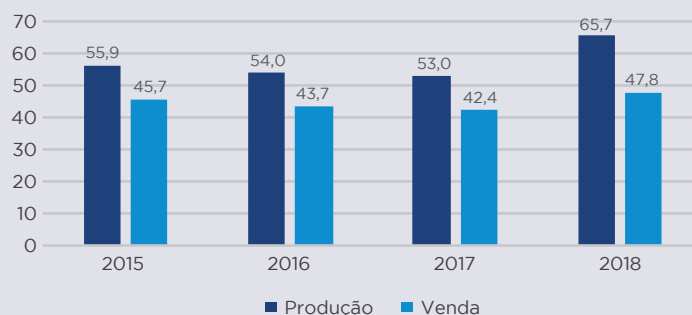
Fonte: USDA

CRESCER A PRODUÇÃO DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS

O Brasil produziu 65,7 mil máquinas agrícolas e rodoviárias em 2018, um aumento de 23,8% em comparação ao ano anterior, quando foram fabricadas 53,0 mil unidades, de acordo com a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA).

O número foi puxado, principalmente, pelo agronegócio, que deve continuar com uma boa *performance* em 2019, segundo Alfredo Miguel Neto, vice-presidente da entidade.

PRODUÇÃO E VENDA DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS E RODVIÁRIAS
(MILHARES)



Fonte: ANFAVEA

O AGRO PUXA VENDA DE CAMINHÕES

O setor agrícola impulsionou, também, a venda de caminhões em 2018, segundo o que foi divulgado pela ANFAVEA. Em todo o ano, foram comercializadas 74,1 mil unidades, sendo 34,7 mil (46,9%) do segmento de pesados, usados no transporte de grãos e minérios, por exemplo. O total de vendas representa uma alta de 47,6% em comparação a 2017.

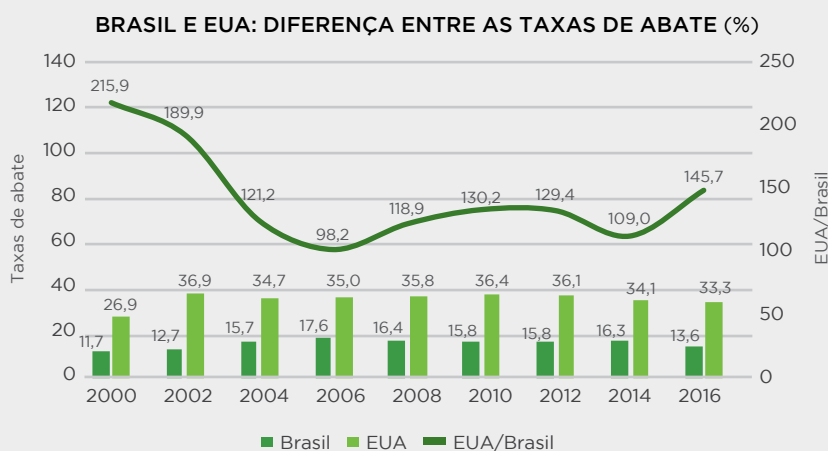
Luiz Carlos Gomes de Moraes, vice-presidente da entidade, admitiu que a compra de frota própria por empresas que buscam evitar a tabela de preços mínimos para o frete – instituída pelo Governo após a greve dos caminhoneiros – teve influência no resultado da venda de veículos pesados.

PLANO AGRO + MULHER

O MAPA estabeleceu o Plano Agro + Mulher para promover a igualdade entre homens e mulheres. Esse tema é o ponto 5 – Igualdade de Gênero – dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, elaborada pela Organização das Nações Unidas (ONU). A participação feminina na população do País e entre os dirigentes no agronegócio representa, respectivamente, 51,5% e 21,0%, segundo o Censo Agropecuário de 2017, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O lançamento ocorreu no Seminário Internacional Gênero e Cooperativismo, promovido junto à Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

TAXA DE ABATE: BRASIL VERSUS ESTADOS UNIDOS

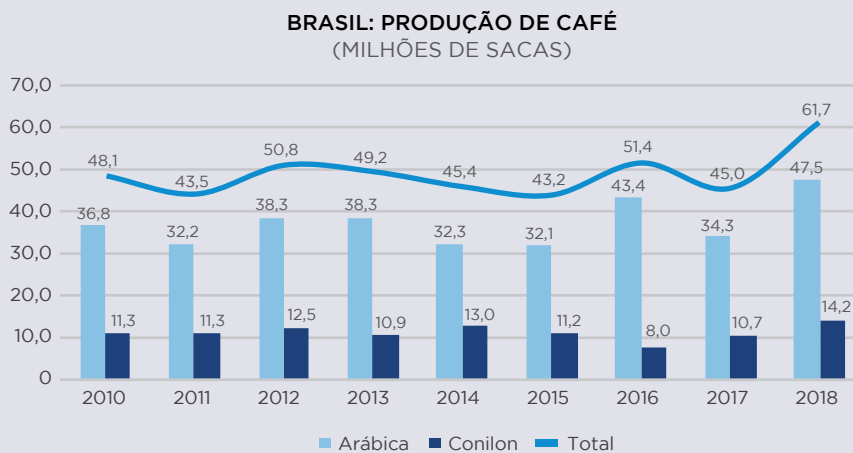
Os dados nas taxas de abate de bovinos no Brasil e nos Estados Unidos mostram resultados interessantes no período de 2000 a 2016. Enquanto, no primeiro, houve um leve crescimento; no segundo, a queda foi mais acentuada. Apesar de a distância desse índice entre os dois países continuar elevada, ela se reduziu. Nessa comparação, fica claro o potencial de aumento da produtividade brasileira, muito abaixo da norte-americana.



Fonte: Farm News

SAFRA RECORDE DA RUBIÁCEA

O Brasil colhe a maior safra de café da sua história neste ciclo, depois de três anos de crise climática. Os embarques deverão ficar perto de 35 milhões de sacas. Neste ano, a bialidade é negativa no Arábica. Os preços não estarão tão pressionados para baixo como foi em 2018. O cenário exige cautela para o produtor. No Conilon, a produção volta aos seus patamares normais, o que dá mais tranquilidade aos exportadores de café solúvel, grandes usuários da variedade.



Fonte: Conab (dezembro de 2018)

BALANÇA COMERCIAL

NOVO RECORDE DO AGRONEGÓCIO

DA REDAÇÃO

NO BRASIL, as exportações do agronegócio atingiram valor recorde em 2018 (US\$ 101,69 bilhões), tendo superado o recorde registrado em 2013 (US\$ 99,93 bilhões). O incremento da quantidade exportada (6,2%) explica a elevação na receita das exportações (6,2%), enquanto o índice de preço das exportações teve queda (-0,3%).

É importante registrar que essas exportações recordes do agronegócio em 2018 não significaram um aumento da participação do setor nas exportações totais. Ao contrário, houve uma diminuição da sua contribuição na pauta exportadora, de 44,1%, em 2017, para 42,4%, em 2018. Essa queda de 1,7% resulta do crescimento mais vigoroso das exportações dos demais setores, com expansão de 8,2%, de US\$ 127,73 bilhões para US\$ 138,20 bilhões, no período em análise.

Por outro lado, as importações do agronegócio registraram retração de 0,8%, de US\$ 14,15 bilhões, em 2017, para US\$ 14,04 bilhões, em 2018. Essas aquisições também perderam participação relativa no total das importações brasileiras, de 9,4%, em 2017, para 7,7%, em 2018. Só para qualificar, o total das importações apurado foi de US\$ 167,19 bilhões em 2018, um aumento de 22,4% em relação aos US\$ 136,60 bilhões importados em 2017.

PARTICIPAÇÃO DAS CADEIAS

As cinco principais cadeias produtivas nas exportações do agronegócio brasileiro foram a do complexo soja (40,2%), a de carnes (14,5%), a de produtos florestais (13,9%), a do complexo sucroalcooleiro (7,3%) e a de café (4,9%). Esses cinco grupos

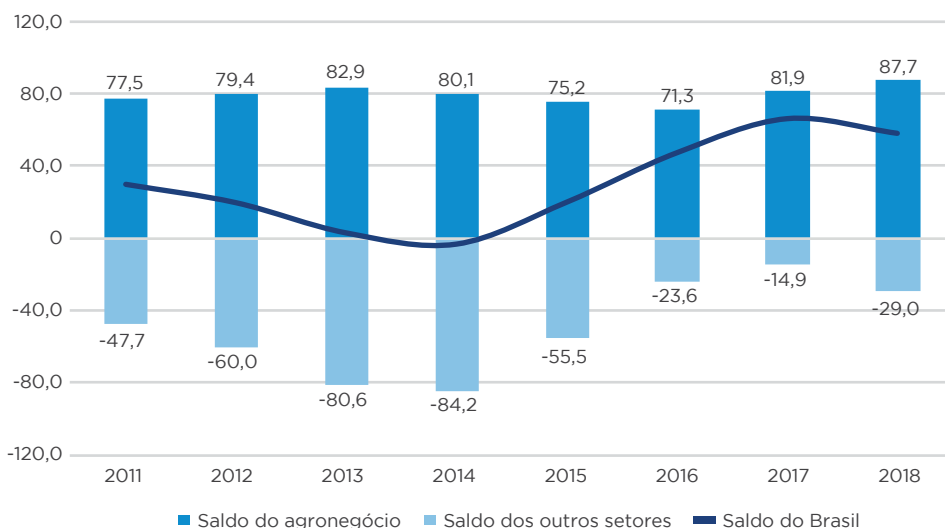


reunidos acumularam 80,8% do valor total exportado pelo Brasil em produtos do agronegócio em 2018. Em 2017, esses mesmos grupos responderam por 79,4% do valor total exportado. Ou seja, houve uma concentração das exportações brasileiras entre os cinco principais grupos exportadores.

As vinte demais cadeias exportadoras componentes do agronegócio exportaram US\$ 19,53 bilhões em

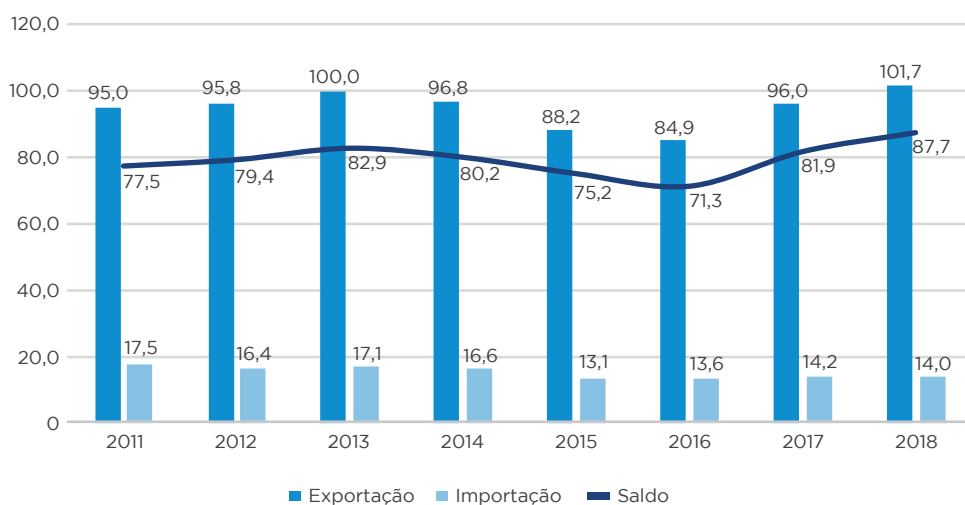
2018. As exportações desses grupos totalizaram US\$ 19,79 bilhões em 2017. Houve uma baixa nominal de US\$ 256,62 milhões nas exportações desses grupos, com queda na sua participação das exportações brasileiras de 20,6% para 19,2% entre 2017 e 2018. Essas estatísticas deixam mais evidente a tendência de concentração das exportações entre esses cinco grupos.

BRASIL: EVOLUÇÃO DO SALDO DA BALANÇA COMERCIAL
(US\$ BILHÕES)



Fonte: SECEX

BRASIL: EVOLUÇÃO DO SALDO DA BALANÇA COMERCIAL DO AGRONEGÓCIO
(US\$ BILHÕES)



Fonte: SECEX

IMPACTO DA SOJA E DA CHINA

A *commodity* e o país protagonizaram um desempenho muito favorável para o balanço comercial do agronegócio nacional. O complexo soja foi o principal grupo nas exportações, com um crescimento expressivo de 29,0%, de US\$ 31,72 bilhões, em 2017, para US\$ 40,91 bilhões, em 2018, também recorde no período de um ano. Os US\$ 9,19 bilhões de incremento nas exportações do complexo soja suplantaram o crescimento do valor total das exportações do agronegócio, que foi de US\$ 5,67 bilhões. Em suma, o recorde nas exportações anuais do agronegócio pode ser explicado pelo crescimento das exportações do complexo soja.

O principal produto exportado do complexo soja é o grão, com 83,6 milhões de toneladas em 2018, uma quantidade 15,6 milhões de toneladas superior aos 68,1 milhões de toneladas exportados em 2017. Esse incremento de 22,7% na quantidade exportada, somado com a majoração de 5,2% no preço médio de exportação em 2018, significou uma ótima combinação: o valor exportado com soja em grão aumentou 29,1% e chegou a US\$ 33,18 bilhões em 2018.

Evidentemente, essa abrupta expansão na quantidade exportada não aconteceria sem uma vigorosa demanda de soja em grão pela China. Isso aumentou a demanda de soja brasileira em 15 milhões de toneladas: as aquisições chinesas passaram de 53,8 milhões de toneladas, em 2017, para 68,8 milhões, em 2018. As suas demandas causaram um incremento na

participação no total exportado pelo Brasil em soja em grão de 78,9%, em 2017, para 82,3%, em 2018.

EXPORTAÇÃO POR BLOCO

Em 2018, o continente asiático destacou-se entre as principais regiões geográficas ou blocos econômicos nas aquisições de produtos do agronegócio. O valor importado pela Ásia aumentou de US\$ 44,17 bilhões, em 2017, para US\$ 51,72 bilhões, em 2018 (17,1%). Com essa cifra, a participação da Ásia nas exportações brasileiras do agronegócio subiu de 46,0%, em 2017, para 50,9%, em 2018 – uma elevação de 4,9%. Ou seja, para cada US\$ 100 exportados pelo Brasil em produtos do agronegócio, mais de US\$ 50 foram encaminhados à Ásia em 2018.

Neste século, tem crescido muito a participação da Ásia no comércio do agronegócio brasileiro. A participação desse continente passou de 15,0%, em 2001, para mais de 50,0%, em 2018. Nesse mesmo período, caiu a contribuição da União Europeia no valor total exportado pelo Brasil em produtos do agronegócio. A União Europeia, que, na época, era a maior parceira comercial do Brasil, tinha participação de 39,2% em 2001. Transcorridas quase duas décadas, a participação da Ásia suplantou a barreira de 50,0% do valor total exportado pelo Brasil, enquanto a participação da União Europeia caiu para 17,5%. De qualquer forma, a participação conjunta da Ásia e da União Europeia no comércio exterior do agronegócio brasileiro foi de 68,4%. ■

EXPORTAÇÃO DO AGRONEGÓCIO PARA OS BLOCOS ECONÔMICOS (US\$ BILHÕES)

BLOCOS	2017	2018	Participação %	
			2017	2018
Ásia (sem Oriente Médio)	44,2	51,7	46,0%	50,9%
União Europeia	16,9	17,8	17,7%	17,5%
América do Norte	8,4	8,5	8,8%	8,3%
Oriente Médio	8,8	7,5	9,1%	7,4%
África (sem Oriente Médio)	7,3	5,7	7,6%	5,6%
ALADI* (sem MERCOSUL**)	3,5	3,9	3,7%	3,8%
MERCOSUL	2,8	3,3	2,9%	3,2%
Europa Ocidental	2,9	1,9	3,0%	1,8%
Demais países da Europa	1,2	1,5	1,2%	1,5%
TOTAL	96,0	101,7	100,0%	100,0%

*Associação Latino-Americana de Integração, cujos países-membros são Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela

**Mercado Comum do Sul, cujos países-membros são Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela

Fonte: SECEX

MERCADO DE LEITE

EXPECTATIVAS POSITIVAS PARA 2019

RAFAEL RIBEIRO DE LIMA FILHO

Zootecnista da Scot Consultoria

JULIANA PILA

Zootecnista da Scot Consultoria

THAMIRES FERNANDES NITRINI

Engenheira agrônoma da Scot Consultoria

OMERCADO aponta para um ano de recuperação das margens da atividade leiteira – especialmente na primeira metade do ano –, o que está relacionado à expectativa de preços em patamares mais altos e de redução nos custos de produção.

Para 2019, é esperada uma retomada do crescimento de consumo interno de leite acompanhando o aquecimento da economia brasileira. Esse fato é positivo para as valorizações do preço pago ao produtor de leite no primeiro semestre, o qual deverá ficar acima da variação registrada no mesmo período de 2018.

No lado dos custos, a menor pressão sobre o câmbio e o cenário mais confortável do lado da oferta de milho no País, especialmente na segunda safra,

são fatores de baixa para as cotações do cereal no mercado interno no segundo semestre (colheita da safra de inverno). No caso da soja, além do dólar em patamar mais baixo, os estoques mundiais maiores, as incertezas com relação à demanda chinesa e o início da colheita na América do Sul são fatores de baixa para as cotações no primeiro trimestre deste ano. Com isso, espera-se que os custos de produção sejam mais baixos em 2019 comparativamente a 2018, com destaque para a alimentação concentrada.

O COMPORTAMENTO DOS PREÇOS

Fazendo um balanço de janeiro a julho de 2018, verifica-se que o preço médio nacional do leite ao



produtor aumentou 21,3% e, de julho até dezembro, caiu 8,7%. O produtor recebeu, na média anual, R\$ 1,145 por litro, 2,3% acima da média de 2017, em valores nominais. Se se considerar a taxa de inflação de 3,75% no período (IPCA), houve queda real nos preços. Além da perda real de valor do produto (leite), os custos de produção subiram 4,5% em 2018 em relação a 2017, prejudicando a margem da atividade.

O ano de 2019 começou com altas nas cotações de leite no mercado *spot*, ou seja, o leite comercializado entre as indústrias. Segundo um levantamento da Scot Consultoria, em São Paulo o preço dá sinais de elevação, com negócios próximos a R\$ 1,50 o litro posto na plataforma.

Normalmente, as mudanças de direção das cotações no mercado *spot* ocorrem antes das mudanças na curva de preços do leite pago ao produtor. Esse movimento ocorre em função da maior liquidez no mercado *spot*, com negociações diárias, representando mais de perto a oferta e a demanda do setor.

Além do mercado *spot*, os preços aumentaram também no atacado. Na média de todos os produtos lácteos pesquisados, a alta foi de 2,3% em janeiro de 2019 (média de São Paulo, Minas Gerais e Goiás) em relação ao fechamento do ano passado. Nesse

período, o preço do leite longa vida (UHT) subiu 7,2%, cotado, na média, em R\$ 2,56 por litro.

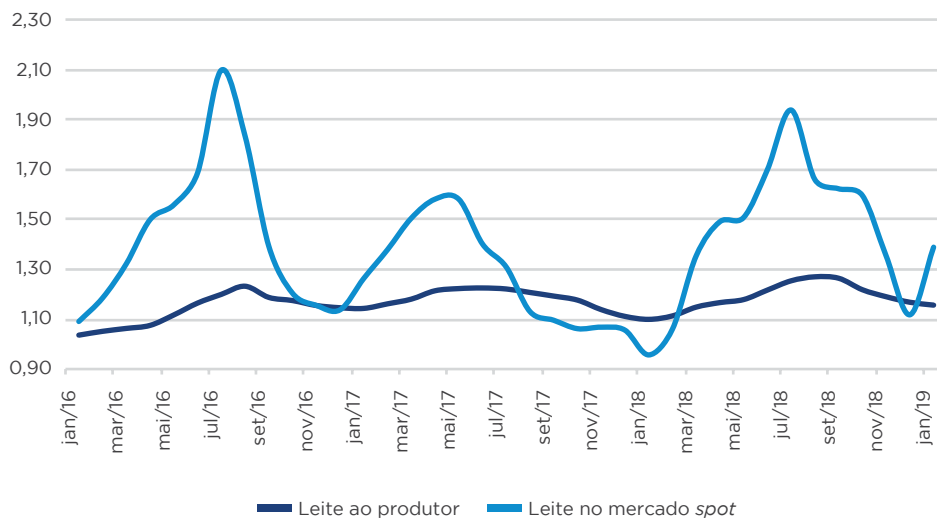
Tanto a alta do leite *spot* como a dos derivados lácteos no atacado aconteceram em função da menor oferta de matéria-prima (leite cru). O pico da produção de leite nas regiões Sudeste e Centro-Oeste aconteceu em dezembro de 2018.

Segundo o Índice Scot Consultoria de Captação de Leite, a produção nacional cresceu 0,7% em novembro de 2018 na comparação mensal. Em dezembro de 2018, o aumento foi de 0,1% em relação à captação no mês anterior. Para janeiro de 2019, os dados parciais apontam uma queda entre 0,5% e 1,0% na produção em face da do mês anterior.

Ou seja, em curto e médio prazos, a tendência é de queda na produção de leite no País, além de uma maior demanda a partir de fevereiro, com o final das férias escolares. Esses fatores deverão manter o mercado mais ajustado entre oferta e demanda e os preços em alta nos próximos meses em todos os elos da cadeia: produção, atacado e varejo de produtos lácteos.

Para o pagamento a ser realizado em meados de fevereiro, uma boa parcela dos laticínios aponta para manutenção a alta no preço do leite ao produtor. ■

SÃO PAULO: PREÇOS DO LEITE NO MERCADO SPOT E PAGO AO PRODUTOR
(R\$ POR LITRO)



Fonte: Scot Consultoria

ACORDO DE PARIS

INCENTIVO PARA UMA AGROPECUÁRIA MAIS PRODUTIVA E RESILIENTE

RODRIGO C. A. LIMA

Sócio-diretor da Agroicone - rodrigo@agroicone.com.br

LAURA ANTONIAZZI

Sócia pesquisadora da Agroicone - laura@agroicone.com.br

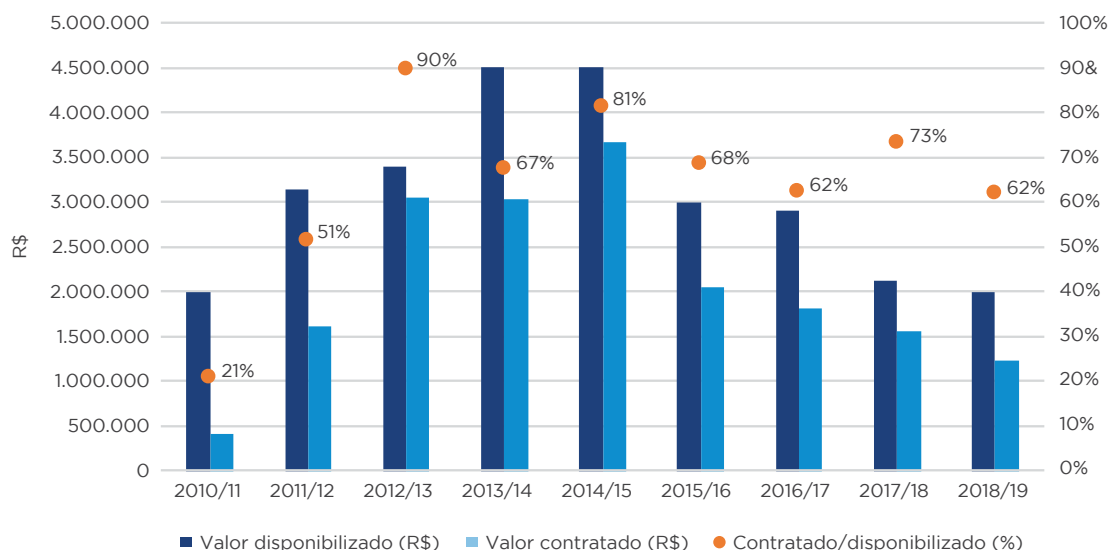
AS CALOROSAS discussões sobre a pertinência de o Brasil permanecer ou não no Acordo de Paris tiraram o foco das negociações que ocorreram em dezembro de 2018, durante a 24ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-24/UNFCCC, nas siglas em inglês), na Polônia.

Paralelamente, em dezembro de 2018, os dados do Banco Central apontavam para uma contratação recorde dos recursos do Programa ABC, que visa fomentar a adoção de práticas que permitem ganhos de produtividade, melhoria de manejo, incentivo à adaptação dos sistemas produtivos e redução das emissões de gases do efeito estufa



© COP24.GOV.PL

CONTRATAÇÃO DE RECURSOS DO PROGRAMA ABC



Fonte: Banco Central

(GEE). Em seis meses de vigência do Plano Safra 2018/19, R\$ 1,24 bilhão foi tomado pelos produtores, com uma taxa de juros de 5,25% a 6,00% ao ano, o que corresponde a um aumento de 85% em relação aos recursos tomados na safra 2017/18.

Afinal, investir em práticas denominadas de baixo carbono é salutar para o produtor e a longevidade da sua produção? Ou o tema da mudança do clima é circunscrito às discussões acadêmicas e políticas e a outros foros que não interessam ao campo?

Primeiramente, é relevante frisar que o Acordo de Paris não impõe obrigações para os países. Como acordo multilateral, tem o objetivo comum de limitar o aumento da temperatura em no máximo 2,0 °C, almejando alcançar no máximo 1,5 °C. Cada país adota as ações que entender pertinentes e possíveis, o que se denominou de Contribuições Pretendidas Determinadas Nacionalmente (iNDCs, na sigla em inglês). As contribuições de todos os países em termos de redução de emissões devem chegar ao objetivo do Acordo, e, para isso, as negociações da Conferência das Partes vão tentando aumentar a ambição daquelas iNDCs mais tímidas.

Nesse contexto, o Brasil indicou, ainda em 2015, na sua iNDC, que reduziria as suas emissões de

GEE em 37% em 2025 com relação à base de 2005, o que é um compromisso bastante ambicioso, ainda mais levando em conta o fato de ser um país em desenvolvimento. O País destacou, também, ações que pretende usar para atingir a sua redução de emissões: restauração de pastagens degradadas, integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF), plantio direto, aumento da participação de biocombustíveis na matriz energética, entre outras. Acabar com o desmatamento ilegal é outro ponto importante, juntamente à restauração florestal e à implementação do Código Florestal.

O cerne das negociações durante a COP-24 girou em torno das regras que vão guiar o Acordo de Paris, marcadamente o novo mercado de carbono e questões relativas a financiamento, adaptação e a forma pelas quais os países devem reportar o andamento de suas ações.

O novo mercado de carbono gerou intensas negociações e pouco avançou. Alguns dos detalhes na mesa são as definições de como e se será possível reconhecer reduções de emissões anteriores a 2020, estabelecer regras para comprar e vender créditos de carbono, evitar a dupla contagem e definir quais metodologias serão elegíveis para o mercado.

As negociações ao longo de 2019 exigirão atenção. As discussões sobre agropecuária dão-se no âmbito do grupo Koronivia, sobre agricultura, e deverão gerar decisões sobre adaptação, mensuração de carbono no solo, financiamento para projetos no setor dentro do Acordo de Paris, entre outras.

Nesse contexto, o Brasil deve apresentar as suas experiências com carbono no solo e em pastagens manejadas, números de estoques de carbono em Áreas de Preservação Permanente (APPs) e áreas de Reserva Legal (RLs) e conservação de vegetação nativa nas propriedades rurais. Esses são alguns dos indicadores que diferenciam a produção agropecuária tropical e que ainda não são reconhecidos lá fora. Cabe ao Brasil levar esses dados e qualificar o debate, influenciando as decisões que deverão ser tomadas entre 2019 e 2020.

No plano interno, a revisão e o aprimoramento do Plano ABC, envolvendo novas tecnologias elegíveis para o financiamento e o crescimento dos recursos do Programa ABC com taxas de juros competitivas, são objetivos cada vez mais alinhados ao dia a dia do produtor, dos bancos e da agroindústria. Em 2019, o Governo e o setor privado terão o desafio de visitar o Plano ABC e construir a sua nova versão, mais robusta, com novas tecnologias e que agregue ações de adaptação voltadas à produção em todos os biomas.

Em paralelo, vale refletir sobre qual deve ser o montante de recursos do Programa ABC e pensar em como o seguro agrícola encaixa-se nessa agenda. Ao mirar os dados atuais, é factível defender a retomada do crédito ABC na casa de 4,5 bilhões já para o Plano Safra 2019/20, que foi o valor destinado ao Programa na safra 2014/15. Naquele ano, 81% do recurso foi contratado com taxas de juros que variavam entre 4,5% e 5,0%. De lá para cá, os recursos caíram e as taxas de juros subiram, chegando a 8,5%.

Algumas das novas tecnologias que poderiam entrar no Plano ABC e que permitem adaptação dos sistemas produtivos são: novas variedades de mudas e sementes; insumos especiais (novos fertilizantes e micro-organismos); outros sistemas de manejo integrado; e produção de energias renováveis. Da mesma forma, a restauração e a conservação de vegetação nativa em função do Código Florestal

são ações que devem ser contabilizadas nos inventários nacionais.

Por fim, vale mencionar que essas mudanças na formulação da política agrícola são uma realidade de mundo afora. A nova Farm Bill, que aguarda sanção nos Estados Unidos, contém uma série de programas e recursos que visam incentivar a conservação da vegetação nativa. A Política Agrícola Comum (PAC), da União Europeia, contempla diversos programas e recursos nessa linha, e as mudanças para a nova PAC, de 2020, seguem cada vez mais nessa direção.

Cabe ao Brasil, como potência agrícola e ambiental, definir os rumos da sua política agrícola para que possa se consolidar como o maior produtor e exportador de alimentos saudáveis, sustentáveis e seguros, alinhado ao desafio global de lidar com a mudança do clima. ■



© COP24.GOV.PL

powered by



www.anufoodbrazil.com.br



anufood
brazil

All About Food

Feira Internacional Exclusiva
para o Setor de Alimentos e Bebidas

12-14 Março 2019

São Paulo Expo, São Paulo, Brasil



AGRIFOODS



MEAT



CHILLED &
FRESH FOOD



DAIRY



DRINKS &
HOT BEVERAGES



FINE FOOD



BREAD & BAKERY



ORGANIC



SWEETS &
SNACKS



FOOD SERVICE

Parceria Estratégica



Coorganização



Organização



A diversificação do agronegócio do Brasil para o mundo



AGRIFOODS



Exclusiva plataforma
Agrifoods



Encontre **compradores nacionais e internacionais** na única feira dedicada às empresas de vários segmentos do setor de alimentos e bebidas.



Garanta sua participação!

anufoodbrazil@koelnmesse.com.br | + 55 11 3874-0030
www.anufoodbrazil.com.br

Apoio:



SINDICALISMO PATRONAL RURAL

MUDANÇAS SÃO NECESSÁRIAS

WILSON BRANDÃO DINIZ JÚNIOR¹ ROBERTA POSSAMAI²

ANGELO COSTA GURGEL³

O BRASIL destaca-se mundialmente pela força do seu setor agropecuário. Além das condições edafoclimáticas favoráveis, o mérito para as relevantes conquistas do setor do agronegócio está diretamente vinculado ao perfil empreendedor e trabalhador do produtor rural. Ademais é necessário destacar a importante participação dos demais entes da cadeia que corroboram para tal sucesso, tais como ensino, pesquisa, rede produtora de insumos, consumidores e entidades de representação de classe. No entanto, claramente, o papel das entidades de representação, nesse contexto, é bem menos reconhecido.

Entre essas entidades, o Sistema CNA – formado pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), pelas Federações de Agricultura e Pecuária, pelos sindicatos de produtores rurais e pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) – é o que detém legitimidade para representar o grupo mais numeroso de produtores rurais perante o Governo e o mercado privado. A entidade coordena e desenvolve esforços, trabalhos e estudos buscando a defesa do produtor rural. Até 2017, tais trabalhos tinham como fonte de financiamento a Contribuição Sindical Rural (CSR); no entanto, a partir de então, com a aprovação da reforma trabalhista, a CSR teve o seu caráter compulsório alterado para facultativo.

O perfil facultativo do pagamento da CSR, no caso do produtor rural, exige uma urgente transformação no modelo de atuação por parte do sindicalismo patronal rural no Brasil, já que a coordenação de estudos e trabalhos não basta mais para que o público-alvo entenda como necessário o pagamento da contribuição.

Assim, uma questão relevante é buscar alternativas para manter viável e legítimo o sistema sindical patronal rural no atual contexto de redução da sua principal fonte de recursos. Diante disso, procura-se: (i) analisar os sindicatos rurais brasileiros por meio

do Índice de Desenvolvimento Sindical (IDS); e (ii) propor um novo modelo de desenvolvimento sindical a partir dos resultados do IDS.

IDS

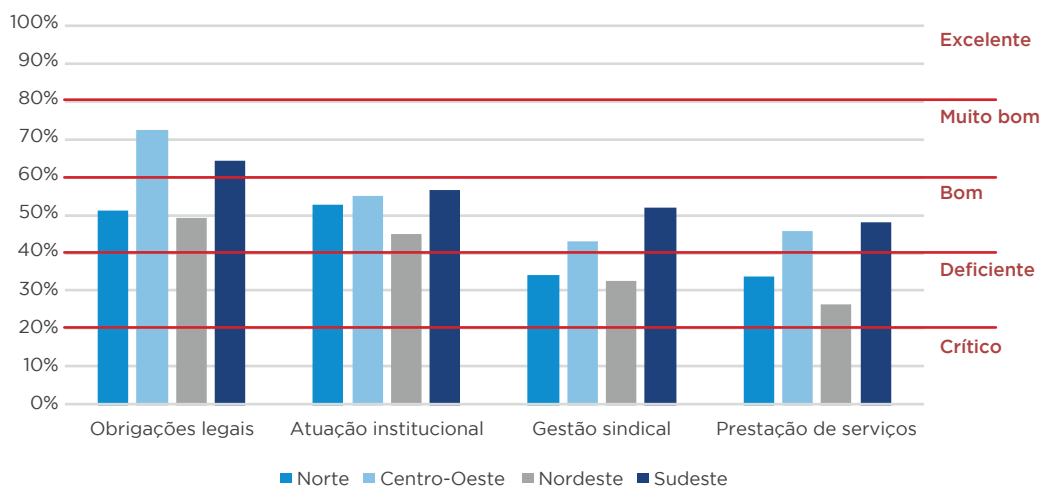
O IDS é um instrumento de avaliação de sindicatos rurais por meio de questionário, aplicado pela CNA. O Índice tem por objetivo verificar: o grau de adequação das entidades sindicais às premissas básicas de seu funcionamento, em relação às suas atuações como instituição; o cumprimento de suas obrigações legais; a forma como são geridas; e os serviços que prestam à comunidade em que se inserem.

O IDS foi aplicado, entre 2013 e 2017, em 501 instituições sindicais patronais rurais das 1.952 existentes. A análise do IDS deu-se a partir da compilação de todos os questionários respondidos, segregando as respostas por módulo e avaliando o grau de satisfação das notas atribuídas, que graduam o sindicato segundo os seguintes *status*: crítico (nota de 0 a 0,19), deficiente (de 0,20 a 0,39), bom (de 0,40 a 0,59), muito bom (de 0,60 a 0,79) e excelente (de 0,80 a 1,00).

Assim, a partir da análise dos dados, foi verificado que, na média, o IDS da amostra é de 0,4562, com desvio padrão de 0,18. Embora a metodologia de elaboração da ferramenta do IDS vincule tal nota ao *status* “bom”, a importância do agronegócio brasileiro sugere a necessidade de elevação desse perfil. Além disso, o elevado desvio padrão indica grande irregularidade nos resultados. Ou seja, esse resultado evidencia que, para que o sistema sindical corresponda às expectativas qualitativas desejadas, deve, além de elevar a média dos IDS das suas entidades, reduzir a diferença entre elas.

Por fim, considerando o IDS por módulo, ficou clara a preocupação das entidades sindicais,

RESULTADO MÉDIO DO IDS POR MÓDULO E REGIÃO GEOGRÁFICA



Nota: crítico abaixo de 20%; deficiente até 39%; bom até 59%; muito bom até 79%; e excelente igual ou maior do que 80%
Fonte: CNA

independentemente da região avaliada, com o caráter legal da instituição perante os órgãos de registro e controle, mas evidencia-se a baixa preocupação com a gestão do empreendimento sindical e a necessidade de prestação de serviços aos sindicalizados.

PROPOSTA DE UM NOVO MODELO

Desta forma, em um contexto de redução de receitas oriundo do fim da CSR compulsória, é importante buscar meios para que a média do IDS aumente. Para isso, propõem-se as seguintes mudanças:

- Implementação rotineira da avaliação de sindicatos pelo IDS;
- Criação de canais que possibilitem o acesso rápido, por parte dos componentes dos sindicatos, aos conhecimentos inerentes às suas responsabilidades, bem como a assuntos técnicos e relacionados a opções de produtos e serviços passíveis de prestação;

- Investimento, por parte da Confederação e das Federações, em capacitação de dirigentes e colaboradores e no fornecimento de infraestrutura básica;
- Intensificação do uso de ferramentas padrão de cadastro e acompanhamento dos serviços prestados aos produtores, de modo a permitir a gestão dos sindicalizados;
- Aumento do portfólio de prestação de serviços e cobrança, de forma justa, por esses serviços, podendo viabilizar financeiramente as entidades sindicais. Entre esses serviços, pode haver assessoria contábil, assessoria jurídica, assessoria trabalhista, serviços de despachante, banco de vagas e currículos, entre outros.

Portanto, está clara a necessidade de aprimoramento das atividades desenvolvidas pelos sindicatos. Investir em opções de produtos e serviços remunerados, passíveis de prestação pelos sindicatos, pode garantir a sobrevivência financeira em um momento de queda das receitas. ■

¹ Coordenador do Departamento Sindical da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

² Pesquisadora do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro)

³ Coordenador do Mestrado Profissional em Agronegócio da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EESP)

DEFESA SANITÁRIA

AUTOCONTROLE NÃO SE DISCUTE: CUMPRE-SE

ENIO MARQUES

Ex-secretário da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SDA/MAPA)

A MINISTRA do MAPA, Tereza Cristina, pretende colocar em prática a regra que passa aos agentes econômicos a responsabilidade por garantir as especificações e, portanto, a segurança dos produtos de origem animal aos consumidores. Em outras palavras, deseja-se adotar o “autocontrole” como uma obrigação legal inserida no Código de Defesa do Consumidor e em normas do MAPA e do Ministério da Saúde (MS).

Com respaldo na Constituição Federal de 1988, o autocontrole representa um compromisso internacional estabelecido no Acordo sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (Acordo SPS), registrado na Ata de Encerramento da Rodada Uruguai, no âmbito das negociações do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT, na sigla em inglês). Assim, não se trata de um artifício para terceirizar a administração pública, flexibilizar normas, transferir responsabilidades do Governo e afrouxar os controles por parte dos agentes econômicos. Implica-se o uso de dados científicos, de forma permanente e documentada, para garantir o cumprimento dos padrões de qualidade dos alimentos produzidos pelos agentes econômicos.

A indústria e o comércio do Brasil possuem experiência rica e exitosa no uso do sistema Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (HACCP, na sigla em inglês), desenvolvido para garantir a produção de alimentos 100% seguros para os astronautas. Desenvolvemos estratégias de autocontrole em todas as etapas do ciclo de produção, com normas ISO e Normas Brasileiras (NBRs)

baseadas nos princípios do HACCP, integradas ao Acordo SPS.

O Brasil possui condições de fazer a integração e organizar o sistema de garantia da qualidade e autocontrole de forma científica, documentada e auditável. Assim, será possível demonstrar o cumprimento das especificações e do nível adequado de proteção e segurança dos itens produzidos no País.

Com isso, será possível elevar o nível de proteção geral aos consumidores brasileiros, como ocorre no mundo desenvolvido, com a ampliação da concorrência, da oferta e da qualidade dos produtos, com mercados agropecuários mais organizados.

DESAFIOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Cabe ao Governo definir as normas e os limites máximos que representam perigos reais ou potenciais relevantes aos consumidores, de forma alinhada aos parâmetros definidos internacionalmente. Esses são os pré-requisitos para o sistema de garantia da qualidade a fim de monitorar e verificar os agentes econômicos (controle do autocontrole).

Estabelecidas com base em dados científicos, as medidas sanitárias e fitossanitárias devem ser aplicadas em todos os elos das cadeias, desde a fazenda até os consumidores finais. São necessários sistemas de garantia da qualidade, com a rastreabilidade

OPERAÇÃO CARNE FRACA

A crise provocada pela operação Carne Fraca causou danos à reputação do Governo e das empresas. Perdemos a chance de mostrar que os produtos no caso não geraram, diferentemente dos surtos já ocorridos no mundo, riscos sistêmicos à saúde dos consumidores.

O Serviço de Inspeção Federal (SIF) estabeleceu um regime especial de controle, analisou os registros dos autocontroles e checkou as amostras de lotes produzidos. Países consumidores enviaram missões de verificação e não encontraram evidências de risco.

Isso demonstra dois pontos. O primeiro é sobre a robustez e a relevância do sistema HACCP/autocontrole/garantia da qualidade. Já o segundo é sobre a necessidade de ajustes no modelo, em especial a obrigatoriedade de *compliance* e certificação por instituição independente no sistema de garantia, bem como a nomeação de um diretor estatutário para essas responsabilidades.

Os avanços nos modelos de autocontrole seguem. A novidade mais recente é a intensificação do uso de sistemas voluntários de certificação de qualidade. Muitos países, a exemplo da União Europeia, já dispõem de instruções oficiais sobre isso.

dos produtos, a fim de garantir o descarte de produtos defeituosos e o direito aos consumidores à educação e à informação sobre os produtos e os controles aplicados.

Mesmo assim, os casos de contaminação dos alimentos podem acontecer e acarretar injúrias à saúde das pessoas. Contudo, com as novas práticas, em especial a documentação dos processos, a vigilância sanitária e as medidas corretivas devem ser mais tempestivas.

No novo ambiente, com base em dados estatísticos, será possível identificar com relativa precisão o fato que deu origem a uma não conformidade. Com a fiscalização permanente, verificar-se-ão mudanças positivas na epidemiologia das doenças transmitidas pelos alimentos, com significativa diminuição dos surtos de largo espectro.

Por fim, a contrapartida do autocontrole são as obrigações do Governo no controle dos agentes privados, segundo protocolos estabelecidos com base em risco, aplicados por autoridade pública autônoma. As dificuldades de controle pelo Governo poderão ser superadas com o desenvolvimento e a aplicação de novas tecnologias, como internet das coisas, plataformas digitais, inteligência artificial, entre outras. ■

AUTOCONTROLE NA QUALIDADE DOS ALIMENTOS NO MUNDO

Anos 50: a Gestão Total da Qualidade (TQM, na sigla em inglês) enfatiza os processos para minimizar os custos de fabrico e melhorar a qualidade dos alimentos;

Anos 60: o sistema HACCP é desenvolvido pela Pillsbury, nos laboratórios da Agência Espacial Norte-Americana (NASA, na sigla em inglês), para produzir alimentos 100% seguros para os astronautas;

1969: o Codex Alimentarius publica o Código de Práticas em Higiene de Alimentos, com os requisitos do sistema HACCP;

1971: dá-se a apresentação do sistema HACCP na National Conference on Food Protection (EUA);

1973: o sistema HACCP é adotado pelos EUA;

1980: o Codex Alimentarius recomenda a aplicação do sistema HACCP;

1993: dá-se a inserção oficial do sistema HACCP nas legislações dos EUA e da União Europeia;

1995: o Acordo SPS torna-se obrigatório nos países da Organização Mundial do Comércio (OMC).

SEGURO RURAL

É PRECISO REDUZIR O PRÊMIO PAGO PELO PRODUTOR

JORGE EDUARDO DE SOUZA

Coordenador da Cátedra do Agronegócio da Academia Nacional de Seguros e Previdência (ANSP)

EM 2018, a ANSP criou a Cátedra do Agronegócio com o objetivo de promover o desenvolvimento do mercado de seguro rural, o qual possui grande potencial para crescimento.

Em 6 de novembro de 2018, foi realizada a primeira reunião sobre o tema, que contou com a presença de importantes instituições do setor, dentre as quais: a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG); a Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim); a própria ANSP; a Associação Mato-grossense do Algodão (AMPA); a Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários (ANDAV); a Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja Brasil); a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); o Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (CECAFÉ); a Fairfax; a MAPFRE; o Movimento Pró-Logística (MPL); o Sindicato Nacional da Indústria de Alimentação Animal (SINDIRAÇÕES); e a União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA). Os principais pontos captados nas discussões ocorridas nessa reunião serão discutidos neste artigo.

IMPORTÂNCIA DO PRODUTOR

De imediato, o diagnóstico identificou dois pontos cruciais: o primeiro relativo à importância do seguro das safras contra riscos climáticos e de pragas; e o segundo, à vulnerabilidade crescente do elo representado pelos produtores na cadeia produtiva.

Quando o produtor perde, deixam automaticamente de ganhar os fornecedores de insumos e

serviços, os financiadores da produção, os operadores de logística, as *tradings*, a indústria (de alimentos, calçados, vestuário, papel, energia etc.), o varejo, as mídias, o governo, os consumidores, e a lista prossegue.

As frustrações das colheitas acarretam prejuízos para todos os elos, indistintamente. Se não garante a produção, o seguro climático e de pragas pode oferecer recursos para reduzir as perdas registradas na cadeia.

MENOR CUSTO DO PRÊMIO

O pagamento de um prêmio (valor pago à seguradora para obter a cobertura contratada) elevado é visto como a maior dificuldade para a expansão das operações de seguro rural. A relação custo-benefício não compensa. Pior ainda é o fato de o prêmio ser bancado apenas pelo elo da produção agrícola, dentro da cadeia. É preciso mudar esse modelo, de modo a torná-lo mais barato, com o seu patrocínio sendo diluído por todos os beneficiados da cadeia produtiva.

Pelo conceito de mutualismo que rege os seguros, todos os grupos pagam pelas perdas de alguns. Quanto mais perdedores existirem nos grupos, mais caro o seguro. Ou seja, o preço é consequência da qualidade do mútuo (os segurados). À medida que os mútuos qualificados contribuem para melhorar o preço do seguro, aumenta a atração de segurados com probabilidade mais baixa de sofrerem perda e, conseqüentemente, acionarem a seguradora.

Na hipótese de o seguro da safra de um grupo de produtores de determinada região ser contratado de forma coletiva, o preço do prêmio pago tende a atingir níveis bem menores do que os dos seguros individualizados. Simulações indicam que a taxa de 10% dos seguros individuais pode cair para 1% quando o seguro é realizado em grupo. Com isso, teríamos uma agricultura mais previsível e confiável em termos de renda, o que poderia nos transformar no destino preferido dos melhores e mais atrativos créditos globais.

Como, atualmente, situações de diferentes níveis de risco são precificadas de forma igual, o modelo tarifário vigente gera preços elevados, que só atraem os casos de risco de perda mais elevado.

RISCO BOM E RISCO RUIM

Assim sendo, o preço maior do seguro espanta o “risco bom” (casos com probabilidade mais baixa de perda) e atrai o “risco ruim” (casos de

alto risco de perda). É preciso inverter esse ciclo. As reputações securitárias de ambos os lados – segurados e seguradoras – orientarão esse ritmo. Segurados de boa reputação conhecem, avaliam e monitoram com propriedade seus riscos. Por isso, são os mais cortejados pelas seguradoras do mercado. Em contrapartida, segurados preferirão as seguradoras mais inovadoras, sólidas e eficazes em produtos e nas liquidações.

Quanto à diluição do custo entre os elos da cadeia, o Governo, grande beneficiado pela produção maior do agro, faz a sua parte com o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR). Mas, ele encontra dificuldades orçamentárias para atingir níveis de recursos adequados dada a demanda existente.

Em termos de eficácia da política agrícola, o gasto público com subsídios no seguro, em geral, supera o gasto com crédito de custeio e investimento. O produtor de boa reputação, gestor de lavouras amplas e qualificadas, com apólices eficazes, terá facilidades

SHUTTERSTOCK



crecentes de se capitalizar pelos títulos creditórios do agronegócio: Letra de Crédito do Agronegócio (LCA), Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA), Cédula de Produto Rural (CPR) etc.

O crédito público ou privado alocado terá retorno assegurado pelo seguro mesmo com a safra prejudicada pelos riscos garantidos. Desta forma, pouco ou nada do crédito será aplicado na prorrogação de dívidas.

BENEFÍCIOS GENERALIZADOS

Com a redução do valor do prêmio e o aumento da base de segurados, as *tradings* também podem ser mais generosas na antecipação de créditos para entrega futura da produção, para benefícios dos produtores garantidos por apólice com cláusulas beneficiárias em favor dessas *tradings*. Os fornecedores de sementes, por exemplo, podem vender seu produto com garantia securitária de produtividade para cada perfil combinado (cliente/produto/região). Isso também vale para

outros insumos. Existem outras possibilidades a ser incorporadas.

A amplitude de proteção dos seguros pode trazer benefícios para a produção e as conquistas do agro. Os casos de produtores que perdem suas instalações e sua produção armazenada por algum evento negativo são de baixa frequência. A falta desse seguro pode destruir as conquistas de gerações de famílias.

O instrumento de franquias (parcela não garantida pelo seguro) permite cobrir as perdas impossíveis de serem suportadas pelos produtores em caso de catástrofes. O seguro pode, ainda, cobrir outros tipos de risco de forma específica (logístico, de crédito, de patrimônio, de equipamentos, máquinas e benfeitorias, de previdência, de saúde etc.). ■

Mais informações: www.anspnet.org.br

CÁTEDRA DO AGRONEGÓCIO

Instituição composta por profissionais da área de seguros, a ANSP é organizada em cátedras. Cada uma delas é responsável por um tema específico da atividade seguro, com trabalhos desenvolvidos e orientados para o progresso desse ramo no Brasil.

Em abril de 2018, a ANSP criou a Cátedra do Agronegócio tendo em vista que reside nesse ambiente econômico um grande potencial para ampliar o volume de prêmios do mercado brasileiro de seguros.

É preciso estreitar os relacionamentos com os consumidores de seguros da cadeia do agro para entender melhor suas reais necessidades e suas percepções sobre produtos securitários possíveis para seus mercados.

Na primeira reunião convocatória da ANSP, esteve presente um público qualificado e bem representativo do agronegócio e do mercado segurador. Todos tiveram espaço livre para se manifestar e pontuar as suas impressões sobre a importância dos seguros para o agro. Foram captados alguns fatores limitantes para a consolidação dos seguros nesse ambiente econômico. Os resultados dessas opiniões formaram um conjunto de temas agrupados por características comuns (política, produto, processo, marco regulatório etc.) que será trabalhado no decorrer deste ano.

Faz parte do plano de trabalho, ainda em fase de formatação, a construção de parcerias para fazer do seguro uma realidade no agronegócio. Nessa linha, está sendo estruturado um primeiro evento para a primeira quinzena de abril.



Mercado nacional

Balanço da produção e da exportação de milho e soja



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS EXPORTADORES DE CEREAIS

O País apresentou, novamente, desempenho recorde nas exportações de soja em 2018, de cerca de 82 milhões de toneladas embarcadas, segundo a Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (ANEC). O resultado representa uma alta de 19,4% em comparação ao de 2017.

Para 2019, o Brasil deverá bater outro grande resultado. Fatores positivos para esse saldo favorável seriam a briga comercial entre China e Estados Unidos, o bom preço da soja no mercado internacional e o aumento no consumo doméstico.

Na projeção da ANEC, a exportação de soja poderá alcançar a marca de 73 milhões de toneladas no acumulado deste ano, já previstas anteriormente. Para o milho, a previsão é de 31 milhões de toneladas embarcadas.

O plantio da safra de grãos 2018/19 começou de vento em popa. As expectativas otimistas estavam conectadas às boas condições meteorológicas no campo, principalmente até meados de dezembro. Mas, infelizmente, esse quadro favorável mudou.

Mais recentemente, foi detectado um viés de baixa em relação à temporada passada. Dados indicam

que deveremos ter perdas resultantes de calor excessivo no oeste do Paraná, no sul de Mato Grosso do Sul e em alguns pontos do Centro-Oeste. Desta forma, as previsões de exportação de grãos estão passíveis de sofrer alterações decorrentes do clima.

Sem dúvida, o fator preponderante para o crescimento das vendas da soja brasileira no mercado chinês em 2018 foi a guerra comercial entre China e Estados Unidos. Para se ter uma ideia da relevância desse mercado para o Brasil, 97% dos embarques de soja em novembro do ano passado tiveram como destino a China. O Brasil foi beneficiado com um volume estimado em cerca de 10 milhões de toneladas absorvidas pelo mercado chinês.

ESCOAMENTO DE SOJA E MILHO

De acordo com a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), tanto em 2018, como em 2017, quando em comparação a 2016, houve um grande aumento no transporte de soja e milho pelos portos do Arco Norte do Brasil. Essa é a nova via de escoamento de grãos do País. De 2016 a 2018, a quantidade transportada dos dois produtos cresceu 97,5% nos portos do Arco Norte e 41,7% nos

PROJEÇÃO DO ESCOAMENTO DE SOJA, MILHO E FARELO DE SOJA POR PORTO EM 2019

PORTO	Soja	Milho	Farelo de soja
Santos	18.400.000	14.700.000	6.100.000
Paranaguá	12.200.000	3.700.000	5.000.000
Rio Grande	13.600.000	300.000	2.500.000
São Luís/Itaqui/PDM	6.500.000	2.100.000	150.000
São Francisco do Sul	5.500.000	1.700.000	-
Vitória	4.300.000	1.100.000	450.000
Itacoatiara	2.400.000	1.800.000	300.000
Barcarena	4.000.000	3.200.000	-
Santarém	2.000.000	2.000.000	-
Imbituba	1.000.000	400.000	150.000
Aratu/Cotegipe	3.000.000	-	1.250.000
Ilhéus	50.000	-	-
TMIB - Barra dos Coqueiros/Sergipe	50.000	-	-
Santana	-	-	100.000
TOTAL	73.000.000	31.000.000	16.000.000

Fonte: ANEC

demais portos. No total, os embarques tiveram um crescimento de 49,7%.

O Arco Norte é conformado por sete portos no rio Amazonas e em afluentes exportadores de grãos por meio do oceano Atlântico, sendo os principais o de Porto Velho (Rondônia), o de Itacoatiara (Amazonas), os de Miritituba, Santarém e Vila do Conde (todos no Pará), o de Macapá (Amapá) e o de Itaqui (Maranhão). A maioria das operações desses portos está sendo expandida em função do aumento do volume de grãos transportado de regiões centrais do País – como o norte de Mato Grosso e os estados de Goiás e do Tocantins – e, também, do Nordeste.

Estudos desenvolvidos pelo Grupo de Inteligência Territorial Estratégica (GITE), na Embrapa Territorial, já previam que as obras do Arco Norte deveriam ampliar o escoamento da produção de grãos da região em específico e do Brasil como um todo. A pavimentação da rodovia BR-163 e a construção da ferrovia Ferrogrão, que conectam Mato Grosso ao Amazonas, são consideradas fundamentais para garantir a competitividade e a expansão da produção durante boa parte da próxima década.

É importante destacar que as fontes estatísticas da ANEC são apuradas com base nas cargas físicas dos navios embarcados dos portos. Em 31 de julho do ano passado, o SISCOMEX alterou a metodologia dos Registros de Exportação (RE) para o Portal Único, por meio da Declaração Única de

Exportação (DU-E). Durante a migração entre os sistemas, os exportadores, já antevendo dificuldades na utilização do Portal Único, registraram grandes volumes no antigo sistema antes que este saísse definitivamente do ar. O fato de os embarques serem realizados após esse período com registros lançados nos dois sistemas pode ter ocasionado diferenças em diversos produtos entre o que está registrado como exportado pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) e o que foi efetivamente embarcado.

CENÁRIO NO CICLO 2018/19

Se a comercialização e a exportação da soja contaram com ventos favoráveis em função das grandes aquisições e das majorações dos prêmios pagos pelos chineses, o quadro para este ano é de incógnita. Os estoques internos de soja estão em níveis baixíssimos, mas, com a chegada mais cedo da safra brasileira de soja, o que deverá definir o rumo das negociações comerciais deverá ser a manutenção ou não do atual cenário, em que vigora a disputa comercial entre as duas maiores potências econômicas mundiais.

Esse cenário gera um contexto de indesejável imprevisibilidade para o mercado. Tradicionalmente, o setor já lida com diversas variáveis complexas, como o clima, as oscilações do real com relação ao dólar e as questões logísticas, entre outras. Nesta safra 2018/19, os custos de produção dos

itens importados (como fertilizantes e defensivos) estavam pressionados diante do dólar mais valorizado (entre R\$ 3,90 e R\$ 4,00) em relação ao que apontava o mercado futuro (entre R\$ 3,70 e R\$ 3,80) para o período correspondente à comercialização dos produtos. Esse é um ponto de inquietação para os produtores.

A ANEC sempre declarou apoio incondicional à Lei Kandir – que trata da desoneração de produtos primários e semielaborados destinados à exportação. Todos esses números expressivos obtidos nas exportações de grãos ocorreram em função da total desoneração promovida pela norma.

TABELAMENTO DE FRETE RODOVIÁRIO

Junto a mais de setenta entidades, a ANEC foi signatária da carta enviada ao presidente da República, Jair Bolsonaro, contra a Medida Provisória (MP) nº 832, criadora da Política de Preços Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas mediante tabela elaborada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). A reversão desse quadro é fundamental para estimular a competitividade do setor.

O custo elevado do tabelamento de frete impactou de forma significativa o setor. No comércio de grãos, as regulamentações das bolsas de valores e mercadorias estabelecem um teto para o preço a ser praticado a cada dia nas *commodities*. Desta forma, fica impossível para os produtores assumirem um custo adicional estimado em US\$ 5 bilhões. Isso

representará 12% de toda a contribuição prevista para a balança comercial de grãos.

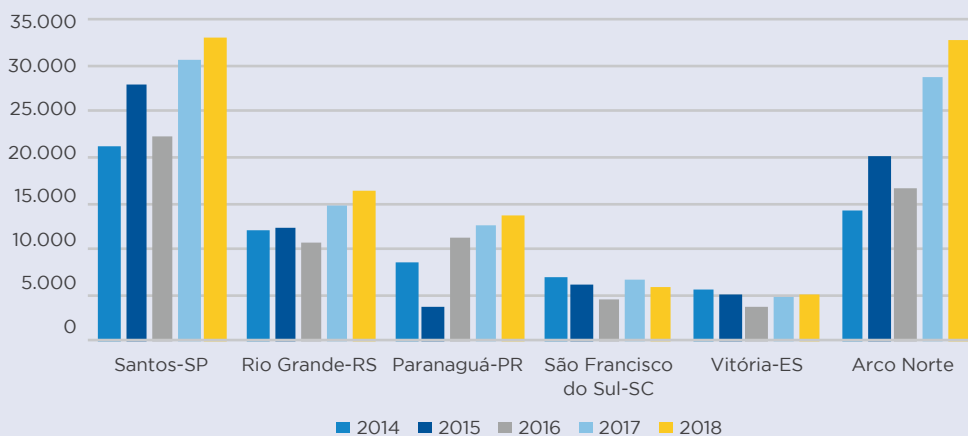
Outra grande preocupação relacionada ao tabelamento de frete diz respeito ao agravamento da desvantagem logística em comparação aos principais concorrentes do País: Argentina e Estados Unidos.

O novo governo sinaliza medidas positivas para gerar otimismo e confiança para o segmento. De fato, os investimentos em infraestrutura e a ampliação dos modais de transportes são determinantes para o aumento da competitividade do País.

Podemos destacar, a princípio, duas obras de fundamental prioridade para ser concluídas. A primeira é o asfaltamento da rodovia BR-163, que liga as áreas de cultivo de grãos do Centro-Oeste de modo a favorecer o fluxo de grãos por meio dos portos do Arco Norte, sem a congestão das vias demandantes dos portos do Sul. Já a segunda é a EF-170, também conhecida como Ferrogrão, uma ferrovia longitudinal projetada para ligar os estados de Mato Grosso e Pará, entre Sinop e o Porto de Miritituba, em Itaituba, na margem direita do rio Tapajós.

A ANEC acompanha, ainda, com muita preocupação o atraso frequente na emissão de Certificados Fitossanitários no principal ponto de escoamento dos seus produtos, o Porto de Santos. Para solucionar essa pendência, a entidade está realizando um estudo sobre o assunto que deverá ser entregue às autoridades. ■

ESCOAMENTO DE SOJA E MILHO ENTRE PORTOS TRADICIONAIS E PORTOS DO ARCO NORTE (MIL TONELADAS)



Fonte: ANEC

CALENDÁRIO DE EVENTOS ANEC/ANEA 2019

10º Encontro ANEC/ANEA de Previsão de Safra

20 de fevereiro de 2019

Brasília-DF

O encontro reunirá governo, exportadores, imprensa e outros *players* do setor para uma breve apresentação da previsão de safra realizada por André Pessôa, da AGROCONSULT, além de haver um painel sobre os desafios do quadriênio 2019-2022. Para encerrar, acontecerá um coquetel de confraternização.

11º Encontro ANEC/ANEA de Previsão de Safra

27 de fevereiro de 2019

Sorriso-MT

O evento reunirá produtores da região, exportadores, imprensa e outros *players* do setor para uma apresentação da previsão de safra realizada por André Pessôa, da AGROCONSULT, além de haver um painel sobre logística e uma apresentação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Ao final, haverá um churrasco com apresentação de uma dupla sertaneja, para confraternização.

18º ANEA Cotton Dinner & Golf Tournament

27 a 30 de junho de 2019

Club Med Lake Paradise, Mogi das Cruzes-SP

Essa será a primeira edição do ANEA Cotton Dinner & Golf Tournament com quatro dias de duração. O encontro tem foco em *networking* das cadeias nacional e internacional de algodão, além de possuir palestras de relevância para o setor em sua agenda. Serão realizadas nele, também, reuniões da Câmara Setorial do Algodão, do Conselho de Ética do Algodão e da Câmara Consultiva do Algodão.

Os ingressos estarão à venda a partir de março de 2019.

12º Encontro ANEC/ANEA de Previsão de Safra

Julho de 2019 (data exata a ser anunciada)

São Paulo-SP

O evento será focado na apresentação de dados da safrinha para exportadores, *traders* e imprensa. Haverá, também, uma apresentação da previsão de safra ministrada por André Pessôa, da AGROCONSULT.

38º Jantar ANEC + 13º Encontro ANEC/ANEA de Previsão de Safra

28 de novembro de 2019

São Paulo-SP (local exato a ser anunciado)

Evento de *networking* mais tradicional do setor de grãos, o Jantar ANEC deverá receber mais de mil convidados de todos os elos da cadeia nessa edição. Os interessados também podem participar da apresentação de previsão de safra por André Pessôa (da AGROCONSULT), realizada antes do jantar.

Os ingressos estarão à venda a partir de agosto de 2019.

Retrospectiva 2018 – Biotecnologia



Para nós, brasileiros, que vivemos um processo eleitoral em 2018, certamente o último ano vai ficar na memória. Embora a Biotecnologia – tanto nacional, quanto internacional – não tenha sido afetada diretamente por esse cenário político, também teve, ao longo do ano passado, muitos pontos em destaque. O Conselho de Informações sobre Biotecnologia (CIB) selecionou alguns deles.

JANEIRO

Um brinde à inovação

O Brasil deu um importante passo logo no primeiro mês do ano: a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) aprovou a Resolução Normativa (RN) nº 16, que determina como o País vai regulamentar a edição genética. Segundo a RN nº 16, uma empresa que está desenvolvendo uma inovação por meio de Técnicas Inovadoras de Melhoramento de Precisão (TIMP) deve enviar uma consulta à CTNBio, e a tecnologia pode não ser considerada um organismo geneticamente modificado (OGM). Essa abordagem caso a caso tem sido o caminho adotado por diversos países do mundo porque é tecnicamente rigorosa, mas não impõe barreiras desnecessárias à inovação.



deu sinal verde para o açúcar derivado da cana transgênica brasileira. De acordo com o órgão canadense, o açúcar proveniente da variedade transgênica brasileira é tão seguro e nutritivo quanto o produzido a partir das plantas não modificadas. Alguns meses depois, em agosto, foi a vez dos EUA tomarem a mesma decisão.

FEVEREIRO

Contra fatos, não há argumentos

Uma meta-análise publicada na revista Scientific Reports analisou dados de testes de biossegurança feitos com milho geneticamente modificado (GM) ao longo dos últimos 21 anos. A conclusão? O cultivo do cereal transgênico promove um aumento de até 25% na produtividade. Além disso, o grão GM concentra 29% menos micotoxinas do que o não modificado. As micotoxinas são substâncias tóxicas produzidas por fungos que se alimentam do milho e podem intoxicar os seres humanos.

ABRIL

OGMs beneficiam até cultivos orgânicos

Um estudo da Universidade de Maryland, nos EUA, mostrou que agricultores de variedades convencionais e, até mesmo, orgânicas beneficiam-se da adoção de OGMs por seus vizinhos. Nas áreas convencionais e orgânicas adjacentes às plantações de culturas transgênicas resistentes a insetos, houve uma significativa redução das pragas-alvo das tecnologias GMs.

MARÇO

Açúcar brasileiro adoçando o mundo

A Health Canada, responsável por avaliar a segurança e o valor nutricional de alimentos no Canadá,

MAIO

O avanço do arroz dourado

Em 2018, o arroz dourado pode ter ficado um pouquinho mais perto do consumidor. Em maio, os EUA

aprovaram a importação da variedade transgênica do grão, algo que Austrália, Nova Zelândia e Canadá também já haviam feito. A variedade GM possui altos níveis de betacaroteno, fonte de vitamina A, nutriente este que o arroz branco não tem. Agora, para que a inovação chegue ao mercado, é necessário aprovar o seu plantio.

JUNHO

OGMs: parceiros do produtor e do meio ambiente

Um levantamento do Serviço Internacional para Aquisição de Aplicações de Agrobiotecnologia (ISAAA, na sigla em inglês) revelou que o Brasil é responsável por 26% da área plantada com transgênicos no mundo, o equivalente a 50,2 milhões de hectares. A expressiva adoção é proporcional aos benefícios da tecnologia, já que os produtores brasileiros viram nos OGMs aliados para controlar insetos e plantas daninhas e, conseqüentemente, aumentar a produtividade e preservar o meio ambiente.

JULHO

Dois pesos, duas medidas

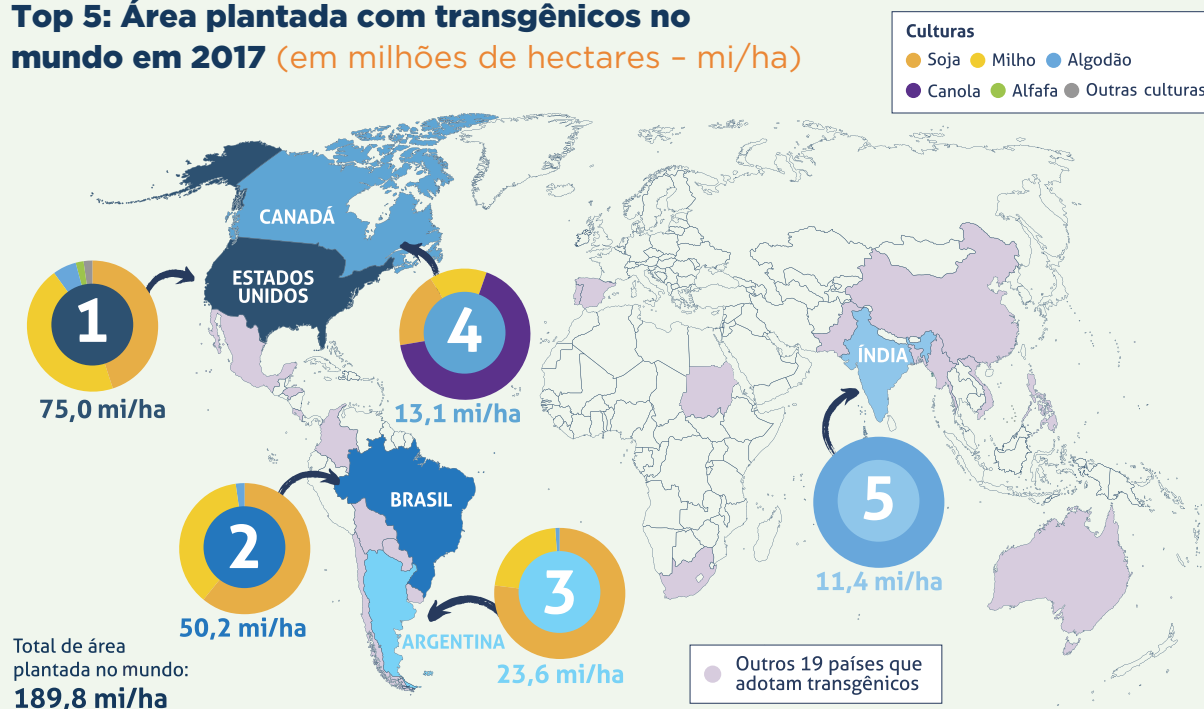
A Europa é famosa por impor barreiras ao plantio de transgênicos, mas, ao mesmo tempo, importa toneladas de grãos GMs todos os anos, inclusive do Brasil. Os cientistas do bloco, entretanto, têm trabalhado para desenvolver pesquisas que denunciem o equívoco desse posicionamento. Os trabalhos GMO Risk Assessment and Communication of Evidence (GRACE), GM Plant Two Year Safety Testing (G-TwYST) e GMO90+ não identificaram nenhum malefício derivado do consumo de milho transgênico.

AGOSTO

Desvendando o genoma do trigo

Foi anunciado o sequenciamento completo do genoma do trigo, uma das plantas mais cultivadas do Planeta. A descoberta pode contribuir para o desenvolvimento de variedades mais resistentes a

Top 5: Área plantada com transgênicos no mundo em 2017 (em milhões de hectares - mi/ha)



Fonte: ISAAA (2018)

pragas, a doenças e à seca e, também, com maior produtividade. O trabalho, publicado na revista Science, é resultado do esforço de mais de duzentos cientistas em vinte países. A variedade selecionada para o sequenciamento foi a ‘Chinese Spring’, o trigo do pão.

SETEMBRO

Mais transgênicos, menos CO₂

Em 2018, completaram-se vinte anos da adoção de transgênicos na agricultura pelo Brasil. Ao longo desse período, o meio ambiente foi um dos principais beneficiados pelo plantio de soja, milho e algodão GMs. O cultivo de OGMs, por exemplo, reduziu em mais de 800 mil toneladas o uso de defensivos agrícolas. Como uma reação em cadeia, evitou, também, o consumo do combustível que seria usado no maquinário de pulverização. No período analisado, houve uma economia de 377 milhões de litros de combustível. Isso seria o equivalente à retirada de 252 mil carros das ruas por um ano.

OUTUBRO

Pesquisador critica posicionamento europeu sobre transgênicos

De passagem pelo Brasil, o fisiologista de plantas sueco Stefan Jansson criticou duramente a legislação europeia para transgênicos. Para ele, ao longo dos mais de vinte anos de adoção dessa tecnologia, nenhum risco foi confirmado e houve um tremendo desenvolvimento da ciência. “As técnicas de melhoramento e nosso conhecimento sobre a genética das plantas evoluíram imensamente. Entretanto, infelizmente, a legislação europeia não acompanhou esse avanço”, comentou.

NOVEMBRO

De volta para o futuro

Pesquisadores utilizaram a técnica de edição genética CRISPR-Cas9 para editar o genoma de uma espécie ancestral de tomate. O objetivo era conseguir obter uma planta que tivesse as características do tomate doméstico, a exemplo de tamanho e sabor,

e, também, as do vegetal de milhares de anos atrás. Como resultado, foi obtido um fruto com mais antioxidantes. O trabalho foi divulgado na Nature Biotechnology e envolveu pesquisadores brasileiros.

DEZEMBRO

Aprovações de transgênicos no Brasil

A CTNBio fechou o ano batendo o seu próprio recorde de liberações comerciais de novas tecnologias. No total, 31 novos transgênicos foram aprovados, sendo treze plantas, dez vacinas e oito micro-organismos. Até então, 2015 era o ano em que mais aprovações de inovações em biotecnologia haviam ocorrido, um total de vinte – quatorze plantas, três vacinas e três micro-organismos. Esse constante e criterioso trabalho da CTNBio tem beneficiado diversos setores da economia brasileira e colocado o País em posição de destaque em termos de biotecnologia. ■



O AGRONEGÓCIO NO NOVO GOVERNO

FÁBIO DE SALLES MEIRELLES

Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (FAESP)



AS ELEIÇÕES trazem esperança e renovam a expectativa de que problemas estruturais e entraves ao desenvolvimento serão endereçados. Comumente, a transição de governo melhora a confiança e o ambiente de negócios, e, com isso, vem a perspectiva de que o País vai alcançar um novo estágio social e econômico.

O governo Bolsonaro representa uma ruptura em relação à política adotada nas últimas gestões, reforçando as expectativas da população quanto ao enfrentamento das grandes questões nacionais, sobretudo porque as propostas apresentadas configuram uma mudança de rumo nas áreas de segurança pública, educação, política externa, economia e meio ambiente.

No agronegócio, as propostas do governo são alvissareiras, podendo levá-lo a um novo patamar de produção e eficiência. Existem riscos externos no radar, sobretudo no que concerne à guerra comercial EUA-China e a seus potenciais efeitos no comércio e no crescimento econômico mundial. Contudo, mesmo diante de um cenário externo desfavorável, esperamos uma expansão do agronegócio nos próximos anos e vamos assinalar algumas razões do nosso otimismo.

O resultado do agronegócio tem grande contribuição do exterior, mas a sua grande força está no mercado interno. E as perspectivas de crescimento da economia doméstica são suficientes para impulsionar a produção de grãos, fibras, carnes e energia. Entretanto, no comércio exterior, o Brasil deverá acessar novos mercados e intensificar o comércio com parceiros estabelecidos, considerando que a equipe econômica planeja a abertura comercial e a construção de acordos comerciais.

É importante notar que o País vinha abdicando de acordos bilaterais e regionais, adotando uma posição passiva nas negociações. Um reposicionamento determinado e ativo do governo tende a gerar um impacto positivo no comércio exterior. Além disso, as projeções de oferta e demanda mundiais de alimentos apoiam-se no Brasil como principal fonte de expansão agrícola e suprimento global.

A equipe econômica do governo tem um diagnóstico preciso da realidade brasileira, principalmente sobre as contas públicas. Parece consensual que o equilíbrio fiscal deve ser o ponto de partida e que, sem a reforma da previdência, ele não será atingido.

A resolução do déficit público – que já ultrapassa 80% do Produto Interno Bruto (PIB) – permitirá a estabilidade macroeconômica, para florescer o investimento privado, que será impulsionado, de acordo com a exposição do governo em Davos, por concessões, privatizações e uma reforma do sistema tributário. Esse nos parece o caminho adequado e poderá recolocar o Brasil nos trilhos do desenvolvimento.

É acertada, também, a reorganização do Ministério da Agricultura, uma vez que reunir assuntos ligados à agricultura familiar e à organização fundiária reduzirá atritos no Executivo e trará eficiência para a condução dos programas. Igualmente, a sintonia entre os Ministérios da Agricultura e do Meio Ambiente sinaliza que haverá finalmente conciliação entre produção e preservação ambiental.

Estamos em um momento que pode significar um ponto de inflexão na história do País. E a sua concretização depende apenas da capacidade de negociação e execução do governo. Acreditamos nas cadeias produtivas do agronegócio e no futuro do Brasil. ■

MITO DO SETOR

MÁRIO VON ZUBEN

Engenheiro agrônomo pela Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” da Universidade de São Paulo (Esalq/USP), pós-graduado em Gestão Estratégica de Negócios pela Universidade de Calgary, no Canadá, e diretor executivo da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef)

É *fake*: brasileiro não “consume” 5 litros de defensivos por ano, e o País não é o que mais utiliza pesticidas no mundo.

A DISCUSSÃO sobre o uso e a necessidade dos defensivos agrícolas está cada vez mais presente no dia a dia do brasileiro. Esse debate, de extrema importância, tem se intensificado nos últimos meses, principalmente por conta do Projeto de Lei que visa modernizar a legislação do setor. Quando falamos do uso desses produtos, os questionamentos mais comuns que se ouvem são sobre o brasileiro “consumir” 5 litros de agroquímicos por ano e o Brasil ser o país que mais utiliza esses produtos em todo o mundo.

Essas alegações são, na verdade, mitos do setor: a primeira é fruto da divisão equivocada do total de defensivos utilizados por ano nas lavouras brasileiras pelo número de habitantes do País. Essa conta, no entanto, é uma forma distorcida de medir o uso desses produtos, já que o correto é relacionar produtividade por hectare, e não litros por habitante.

Quanto à segunda informação, é preciso levar em conta a diversidade da matriz de produção agrícola brasileira. Para o Brasil comparar-se a outros países em termos de uso de defensivos agrícolas, precisamos normalizá-lo pela área cultivada ou pelo total de produtos gerados. Nesse sentido, de acordo com uma pesquisa conduzida pelo professor Caio Carbonari, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), a melhor alternativa para fazer comparações é a adoção de dados em hectares da área que recebeu aplicação ou foi cultivada, bem como da quantidade produzida. E, ao comparar o consumo de defensivos agrícolas por área cultivada, o Brasil não está no topo do

ranking, e sim na sétima posição mundial, tendo à sua frente Japão, Coreia do Sul, Alemanha, França, Itália e Reino Unido. Já comparando as taxas de consumo pela quantidade de produtos agrícolas cultivados, o Brasil passa a ocupar a 13ª posição no *ranking*, superado também por Canadá, Espanha, Austrália, Argentina, Estados Unidos e Polônia.

Levando-se em consideração as posições anteriormente mencionadas, temos, ainda, um balizador que garante a segurança e o rigor de como os produtos para defesa vegetal são usados no Brasil: o Environmental Impact Quotient (EIQ), um índice internacional que fornece métricas de análise de risco e que é usado por agências regulatórias e instituições de pesquisa. Essa ferramenta considera a periculosidade e a dinâmica dos defensivos no ambiente agrícola avaliando os riscos para o ambiente, o trabalhador e o consumidor separadamente e, também, levando em conta a dose de ingrediente ativo por unidade de área.

O cálculo da evolução do EIQ permite a avaliação objetiva da efetividade dos sistemas regulatórios em aumentar a segurança dos defensivos disponíveis. No Brasil, os resultados médios do EIQ por hectare de área que recebeu aplicação, entre 2002 e 2015, indicam uma redução de impacto significativa e contínua para os consumidores, o ambiente e os agricultores.

Por essas razões, é possível afirmar que o Brasil não é o país que mais utiliza defensivos e que os brasileiros não estão consumindo litros desses produtos por meio dos alimentos. A agricultura brasileira é moderna, robusta e eficiente e, por meio de técnicas e parâmetros avançados de segurança, consegue garantir uma produção de alto nível e alimentos suficientes e seguros para os consumidores. ■

DIÁRIO DE BORDO

UM BILHÃO!

ROBERTO RODRIGUES

Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro), embaixador especial da FAO para as Cooperativas e titular da Cátedra de Agronegócios da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” da Universidade de São Paulo (Esalq/USP)

A SAFRA de verão do Centro-Sul está correndo de forma muito irregular, basicamente por causa das condições do clima: o El Niño andou fazendo muitas “molecagens” nessa estação. Os meses de outubro e novembro foram chuvosos, o plantio de grãos foi até antecipado, permitindo prever uma colheita precoce de soja, e, a partir disso, surgiu a abertura de uma janela maior para a segunda safra de milho, com consequente abundância do produto.

Mas, em dezembro, fez muito calor e faltou chuva em muitas áreas, sobretudo no Sul e no Nordeste do País, com consequências desastrosas para produtores dessas regiões, que já contabilizam prejuízos pesados nas colheitas de soja e milho. E, em janeiro, houve uma má distribuição pluviométrica, de modo que a irregularidade das roças

é patente, além de haver continuidade das altas temperaturas.

Mesmo assim, ainda é possível esperar uma grande safra de grãos, dada a alta tecnologia empregada: como se sabe, anos seguidos de boa aplicação tecnológica conferem às culturas anuais uma maior resistência a veranicos ou à redução de expectativas devido ao clima. Quando esta revista estiver circulando, teremos maior clareza quanto ao volume de grãos a ser colhido, mas números em torno de 230 milhões de toneladas são factíveis.

Isso leva a um comentário recorrente: sempre se analisa a perspectiva de safras sob a ótica de volumes de produção. E sempre se comparam diferentes anos para avaliar o aumento ou a diminuição das colheitas, quando, na verdade, o importante seria comparar o faturamento de cada segmento para se verificar se houve ou não melhoria na economia setorial. Isso já é mais ou menos feito, mas o mais relevante mesmo é comparar os custos de produção ao valor de venda. Só assim, pode-se definir se o resultado foi positivo ou negativo.

E é aí que mora a dificuldade: o Brasil é muito grande, os custos variam demais em função da logística, o clima interfere muito nas diversas regiões produtoras, e as análises acabam olhando os resultados

pela média, o que é muito precário quanto à estabilidade de renda do empresário rural. Mesmo quando são realizados estudos por estado, a média estadual – por serem os estados muito grandes – mascara a realidade do ponto de vista do produtor. Sob esse prisma, considerados os preços das principais *commodities* e o aumento dos custos de produção em função dos preços de insumos, podemos mesmo ter uma safra grande, ajudando o País a combater a inflação e aumentar o saldo comercial, mas os produtores terão problemas de renda em vastas regiões.

Os números são impressionantes: o volume da produção agrícola de 2019 será próximo de 1 bilhão de toneladas: 230 milhões de toneladas de grãos, 620 milhões de toneladas de cana, 62 milhões de sacas de café, 273 milhões de caixas de laranja, 28 milhões de toneladas de carnes (10 milhões da bovina, 14 milhões da de aves e 4 milhões da suína), 37 bilhões de litros de leite, cerca de 45 bilhões de ovos, 13 milhões de toneladas de hortifrúti, e assim por diante. No ano passado, exportamos US\$ 100 bilhões do agro. Podemos superar isso em 2019. Um bilhão de toneladas! US\$ 100 bilhões de exportação! Mas, qual é o futuro de tudo isso sem renda para o produtor?

Que venha o seguro agrícola tão sonhado por todo mundo! ■



PRODUZIR ALÉM DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

DULCE BENKE

Diretora de Projetos da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

A SUSTENTABILIDADE do setor produtivo brasileiro, em especial do agronegócio, tem conquistado destaque nos últimos anos. Muito se ganhou em produtividade e eficiência no uso de recursos naturais graças aos investimentos do País em novas tecnologias, permitindo a tropicalização da nossa agricultura. Parte dessa transformação aconteceu em resposta aos anseios da agenda ambiental, mas, sobretudo, pela necessidade do produtor de se tornar mais competitivo e acessar novos mercados.

Certamente, continuaremos a trilhar nosso caminho de sucesso nas próximas décadas, investindo em inovação, aumentando a nossa produtividade e tornando o setor ainda mais sustentável. Entretanto, duas frentes se mostram fundamentais nessa caminhada: inovação e disponibilidade de recursos.

Precisamos agir na área de tecnologia se quisermos continuar como líderes globais. É preciso, urgentemente, implementar uma agenda robusta de capacitação técnica no campo. De nada adiantam mais de quinhentas novas soluções de tecnologia para o setor se não conseguimos operacionalizá-las. Atualmente, não temos colaboradores preparados para usar as informações oferecidas pelas diferentes plataformas digitais.

Conectividade continua sendo um impedimento importante para a

adoção de tecnologias pelo produtor ou a leitura ágil dos dados coletados. Cabe, ainda, desenvolver linhas de financiamento que permitam que a tecnologia não se torne um fator de exclusão, mas, sim, que seja o vetor da nova revolução agrícola. Por último, devem ser criados instrumentos que conectem os produtores ao ecossistema de inovação, disseminando de maneira elucidativa as tecnologias disponíveis no mercado.

Se analisarmos a evolução da agenda ambiental, fica evidente que passamos de uma fase de conscientização sobre os problemas globais para uma agenda de implementação de ações efetivas rumo a um Planeta mais sustentável. Os bilhões de dólares antes destinados a grandes mobilizações e campanhas passam, aos poucos, a ser destinados à implementação de agendas com maior efetividade e mais resultados. E é nessa agenda de implementação que estão as oportunidades para o protagonismo do setor privado brasileiro.

Os grandes fundos internacionais já estão acordando para essa tendência. O governo da Noruega tem ampliado as conversas com o setor privado. A Global Environment Facility (GEF), fundo da ONU gerido pelo Banco Mundial, embora ainda tímida, tem o setor privado como agente ativo na sua rodada atual de financiamento. Os

produtores de alimentos e varejo europeus já discutem um fundo para pagamento por serviços ambientais. Ademais, existe, hoje, uma carteira bilionária de investidores privados estrangeiros ávidos por projetos sustentáveis.

O Brasil possui a legislação ambiental florestal mais restritiva dentre os principais países exportadores, e o produtor rural é o principal agente na implementação dessa agenda. Além disso, por meio da implementação do Código Florestal, atendemos agendas de sustentabilidade globais, incluindo parte dos compromissos do Brasil no Acordo do Clima. Precisamos comunicar aos quatro cantos que, sem o engajamento ativo dos produtores, não avançaremos nessas agendas, mas que, para avançarmos, recursos são fundamentais. ■



OPINIÃO

INOVAÇÃO E TECNOLOGIA, UM FAROL PAULISTA

GUSTAVO DINIZ JUNQUEIRA

Secretário da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo

A ESCOLA Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” da Universidade de São Paulo (Esalq/USP) tem uma inegável importância no papel de destaque que a pesquisa agropecuária brasileira ocupa no mundo hoje.

Ao lado da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e dos centenários institutos de pesquisa de São Paulo, a Esalq constitui-se como um dos pilares que nos sustentam como potência agropecuária e terceiro maior país exportador de alimentos do mundo.

Foi no estado de São Paulo, na década de 1960, que tivemos a determinação de transformar um país frágil e importador de alimentos em um gigante do comércio de produtos agrícolas. No mesmo momento em que os Estados Unidos uniam as mais brilhantes mentes para explorar o espaço e colocar o homem na Lua, a Esalq e os institutos de

pesquisa agropecuária olharam para o planeta Terra – mais especificamente, para as terras brasileiras – e decidiram mudar o rumo da nossa história.

Um intercâmbio de professores e pesquisadores entre o Brasil e os Estados Unidos proporcionou uma revolução agrícola aqui ao mesmo tempo em que lá acontecia a corrida espacial – duas transformações de proporções históricas para a humanidade.

Em 2019, São Paulo continua sendo protagonista na pesquisa e na inovação do setor agropecuário. Na Esalq, a continuidade da inovação é atestada com a escolha de Marcos Jank para substituir o ex-ministro Roberto Rodrigues como novo titular da Cátedra Luiz de Queiroz de Sistemas Agropecuários Integrados. Do mesmo modo, comemoramos a escolha do pesquisador Antonio Batista Filho para liderar a Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA), o conglomerado paulista de pesquisa ligado à Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA) que reúne seis institutos de pesquisa e 549 pesquisadores.

Motivado por esses exemplos de incansáveis estudiosos da agricultura tropical e inspirado pelo governador João Doria, chego com o compromisso de inovar e a determinação de liderar a SAA em uma grande transformação. A missão principal

é trabalhar na integração total e no engajamento absoluto de todos, dentro e fora da Secretaria, na construção de um futuro que honre as conquistas dessa gloriosa história.

Em tempos de grandes transformações políticas e tecnológicas no mundo, em que os chineses conseguem fazer uma planta brotar na Lua, os americanos estão avançando na produção de carnes em laboratório e a obesidade assusta mais do que a fome, é fundamental que façamos, hoje, o que nos trouxe até aqui: investir em ciência e inovação.

O mundo é altamente competitivo, e, para manter o nosso destaque na produção de alimentos, precisamos reunir as grandes mentes e definir um novo objetivo de longo prazo para o agronegócio brasileiro. O desafio é enorme e envolve avanços no desenvolvimento de insumos mais modernos e biológicos, na produção mais eficiente, na industrialização de baixo custo e baseada em nutrição, na distribuição rastreada, na criação de serviços baseados em tecnologia da informação e numa infinidade de outros serviços e produtos. Mas, esse desafio não é maior do que aqueles que os nossos antepassados enfrentaram quando aqui chegaram.

De acordo com Pero Vaz de Caminha, “nessa terra, em se plantando, tudo dá”, mas é importante destacar que isso somente acontece com tecnologia e planejamento. ■



REFLEXÃO

DECISÕES RESPONSÁVEIS

MARCELLO BRITO

Presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

*Não queime suas pontes.
Você ficará surpreso com quantas vezes
terá que atravessar o mesmo rio.*

Autoria desconhecida

O ANO de 2019 surge sob a égide de um novo governo no Brasil. Mais do que isso, surge sob uma promessa de mudança de rumo total, no campo político-administrativo, em relação ao que foi executado não somente no último governo, mas em todos os anteriores a partir da redemocratização. Parte-se do pressuposto, já comprovado em diversas áreas, de que as relações republicanas nacionais estão carcomidas por corrupção, compadrio, corporativismo e patrimonialismo.

Quando lançou o seu recado contundente nas últimas eleições de 2018, a opinião pública mostrou sinais claros de esgotamento e cansaço. No horizonte, surgiram as propostas de mudança, centenas de milhares delas, mas, em sua grande maioria, pouco elaboradas. Por isso, faz-se necessário analisá-las nos seus mínimos detalhes para evitar as famosas “consequências indesejáveis” de qualquer ação mal traçada.

No agronegócio, no desejo de um setor menos regulado e mais moderno e eficiente, assistimos à aglutinação de partícipes com visões de correntes variadas. Em termos de opiniões, encontramos um pouco de tudo, mas raramente com uma sugestão de começo, meio e fim sob a ótica do que é melhor para o País. Esse é o caso,

por exemplo, quando perguntamos sobre as consequências de nos mantermos ou abandonarmos o Acordo de Paris, firmado em 2015, na 21ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-21/UNFCCC, nas siglas em inglês).

Temos visto posições diversas, mas pouquíssimas contemplam os impactos positivos e negativos da decisão para as cadeias produtivas do agronegócio, desde a produção no campo, passando pela indústria e pelo transporte, até a comercialização, seja no mercado local ou internacional. Se o agro nacional responde por quase US\$ 110 bilhões em exportações e um quarto do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, qual é o real impacto dessas decisões? Precisamos lembrar que, no tema da produção sustentável, não podemos atuar de forma individual. Como somos parte de negócios que requisitam cada vez mais rastreabilidade total, da produção ao consumo, as ações do Brasil refletem-se no mercado comprador, e vice-versa. Isso também é válido para os nossos concorrentes.

Nos últimos governos, políticos de matrizes ideológicas diferentes ocuparam o Palácio do Planalto. Cada um deles deu mais ênfase comercial a um certo grupo de países. Nenhum incendiou as pontes estratégicas que nos ligam aos que não víamos como parceiros de primeira hora. Esse é um dos principais motivos pelo qual, hoje, espalhamos

as exportações para mais de uma centena de países.

Esperamos do novo governo a construção de mais pontes seguras com parceiros comerciais, para abrir mais espaço aos produtos brasileiros no exterior. Temos boas histórias para contar e mostrar. Contamos com produtos de excelência e que são referência no quesito da qualidade. Com planos de negócios dotados de visão de médio e longo prazos, possuímos as condições naturais para nos consolidarmos, no futuro próximo, como um grande celeiro mundial.

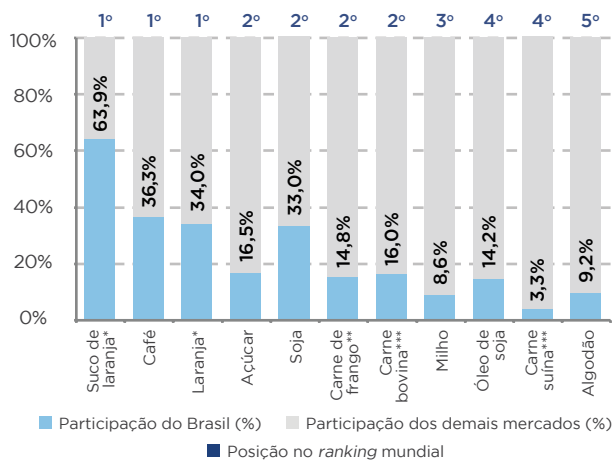
No momento, caminhamos confiantes para isso a passos largos. Há, ainda, um longo e árduo caminho pela frente. Isso demandará muita negociação, criatividade, maturidade comercial e visão estratégica, tanto da parte do governo, como da iniciativa privada.

Que venham os novos dias! ■



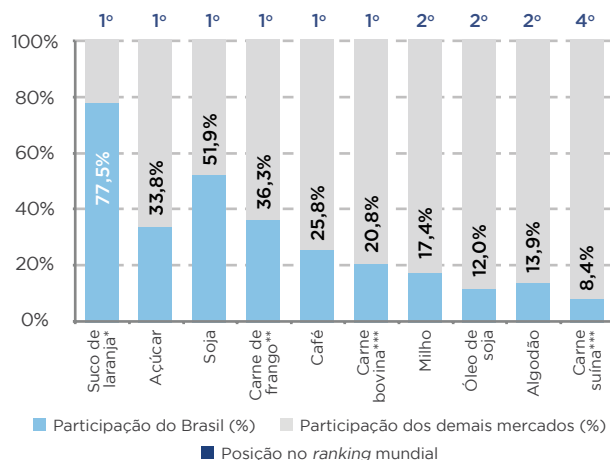
PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO PRODUTOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2018/19



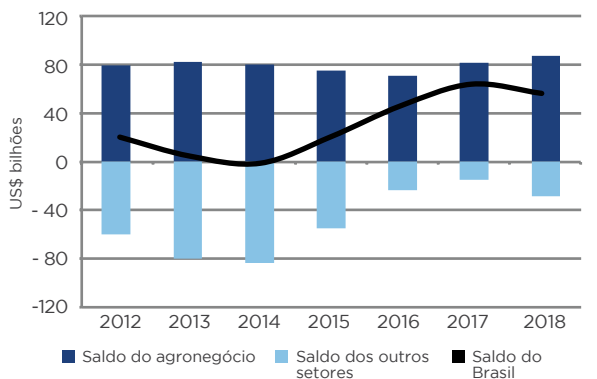
*2017/18; **2018; ***2019
Fonte: USDA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO EXPORTADOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2018/19



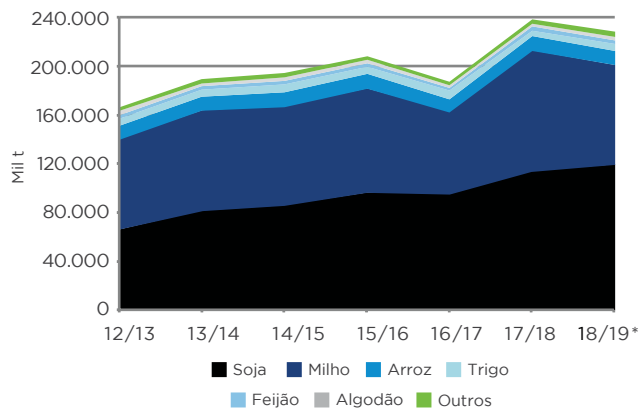
*2017/18; **2018; ***2019
Fonte: USDA; CNA

BRASIL: EVOLUÇÃO DO SALDO DA BALANÇA COMERCIAL



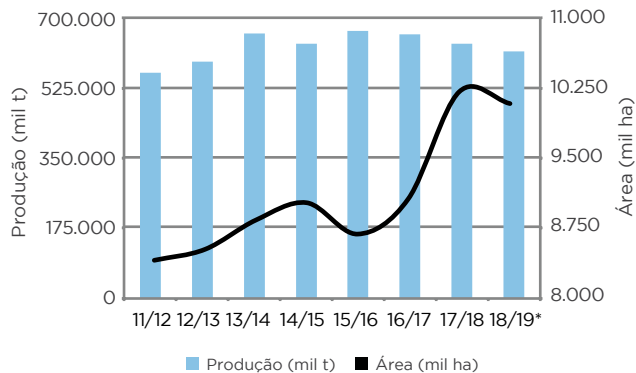
Fonte: SECEX

BRASIL: PRODUÇÃO DE GRÃOS POR PRODUTO



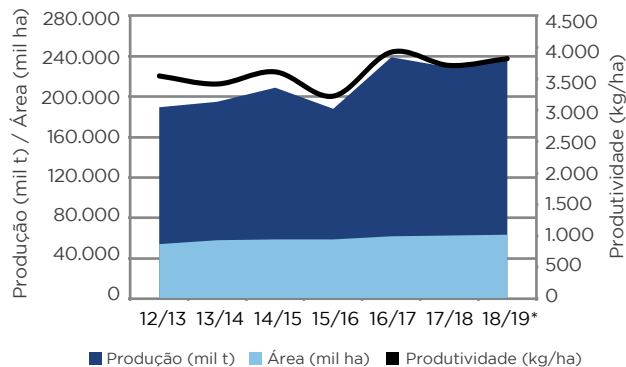
*Previsão em janeiro de 2019
Fonte: Conab

BRASIL: ÁREA E PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR



*Previsão em fevereiro de 2019
Fonte: UNICA; Conab

BRASIL: ÁREA PLANTADA COM GRÃOS, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE



*Previsão em janeiro de 2019
Fonte: Conab

AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

A união do alto desempenho com a conservação ambiental

Clima e solos diversificados, o uso cada vez maior de tecnologias de ponta e total aproveitamento de biomassa. Estes são alguns dos fatores que garantem ao Brasil sua liderança como fornecedor de alimentos, fibras e outras matérias-primas para o mundo.

O agronegócio brasileiro desempenha um papel decisivo na economia do País. Atua de forma sustentável com competitividade e constante aperfeiçoamento tecnológico, o resultado se vê no aumento da produção, sem importante impacto na fronteira agrícola.

A Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) é um canal de comunicação estratégico, fortalece as cadeias produtivas e dissemina o relevante papel do agronegócio brasileiro e dos seus elos produtivos para os diversos setores da sociedade.



www.abag.com.br

FGV PROJETOS

A FGV PROJETOS, UNIDADE DE ASSESSORIA TÉCNICA DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS, EM PARCERIA COM O CENTRO DE AGRONEGÓCIOS DA FGV (GV AGRO), DESENVOLVE PROJETOS EM AGRONEGÓCIO NO BRASIL E EM 15 PAÍSES NO EXTERIOR.

ESTUDOS E PESQUISAS

ESTRATÉGIAS DE CRESCIMENTO

GESTÃO PARA REDUÇÃO DE CUSTOS

ANÁLISE DE MERCADO E DE CADEIAS PRODUTIVAS

ADEQUAÇÃO AO MEIO AMBIENTE E AO CÓDIGO FLORESTAL

**NOSSAS SOLUÇÕES SÃO PLANEJADAS
PARA ATENDER ÀS DEMANDAS
ESPECÍFICAS DE CADA ORGANIZAÇÃO**

Projetos desenvolvidos para:



CONTATO:

(21) 3799-6039

DEMANDAS.FGVPROJETOS@FGV.BR

WWW.FGVPROJETOS.FGV.BR

FGV THINK AGRO

Think Tank do
Agronegócio
Brasileiro